



IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

CINARA DE FÁTIMA CISCATO KUHN

**O LIVRO DIDÁTICO E AS QUESTÕES ÉTNICO- RACIAIS: Reflexões,
Concepções e Práticas Pedagógicas no Ensino Fundamental nos Anos
Iniciais.**

ITAQUI / RS
2025



CINARA DE FÁTIMA CISCATO KUHN

**O LIVRO DIDÁTICO E AS QUESTÕES ÉTNICO- RACIAIS: Reflexões,
Concepções e Práticas Pedagógicas no Ensino Fundamental nos Anos
Iniciais.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Linha de pesquisa: Metodologias e Práticas na Educação Básica

Orientadora: Miriam Espíndula dos Santos Freire

**ITAQUI / RS
2025**



Ficha catalográfica

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

K961 Kuhn, Cinara de Fátima Ciscato.
O livro didático e as questões étnico-raciais: reflexões, concepções e práticas pedagógicas no Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. [recurso eletrônico] / Cinara de Fátima Ciscato Kuhn. – Dados eletrônicos. – Itaquí-RS: 2025.

113 f.: il.

Orientação: Miriam Espíndula dos Santos Freire.

Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Diversidade étnico-racial. 2. Educação antirracista. 3. Práticas pedagógicas. 4. Livro didático de História. 5. Ensino Fundamental Anos Iniciais. I. Freire, Miriam Espíndula dos Santos. II. Título.

ENBER/BC

CDU 371.133:323.14

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980



CINARA DE FÁTIMA CISCATO KUHN

**O LIVRO DIDÁTICO E AS QUESTÕES ÉTNICO- RACIAIS: Reflexões,
Concepções e Práticas Pedagógicas no Ensino Fundamental Anos
Iniciais.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em: 06 / 09 / 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Darª Miriam Espíndula dos Santos Freire
(Orientador/PPGED/ENBER)

Profª Drª Sawana de Araújo Lopes de Souza
(Membro-interno/PPGED/ENBER)

Prof. Dr. Jones Godinho
(Membro externo)





DEDICATÓRIA

Dedico a Deus primeiramente por sempre me dar forças nos momentos difíceis e de superação, também ao meu esposo Adilson por estar sempre ao meu lado me apoiando e incentivando nessa caminhada.



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças nessa caminhada de estudos, desafios e de aprendizagens.

A minha Orientadora Miriam Espíndula dos Santos Freire por me ajudar e orientar nessa Dissertação de Mestrado com dedicação e paciência.



“A bondade nada sabe de cores, credos ou raças. Todas as pessoas nascem iguais.”

Abraham Lincoln



RESUMO

Este estudo tem como tema o livro didático e as questões étnico-raciais: reflexões, concepções e práticas pedagógicas no Ensino Fundamental anos iniciais, com propósito de mostrar a compreensão e a valorização da diversidade existente no ambiente escolar, por uma educação antirracista. Diante do exposto, surge a seguinte problemática: Como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas no livro didático do 5º ano de uma turma do ensino fundamental? Para responder ao problema buscamos analisar como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas no livro didático do 5º ano do Ensino Fundamental. Os objetivos específicos foram: identificar nos livros didáticos os temas/conteúdos que tratam das questões étnico-raciais; verificar como os temas estão sendo abordados, observando os conceitos subjacentes; identificar as implicações das abordagens para professores e alunos. Adotamos uma abordagem qualitativa (Minayo, 2001); realizamos uma análise documental para investigar os livros didáticos e documentos legais da educação brasileira, em âmbito nacional e estadual, assim como a BNCC, o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, documentos municipais como o Plano Municipal de Educação e o Referencial Curricular do Ensino Fundamental do município de Itaqui/RS. Respalda-mos teoricamente nos estudos dos seguintes autores: Gusmão (2000), Gomes (2011), Hernandez (2005), Kabengele (2005), Nascimento (2001) Silva (2000) dentre outros. Como estratégia analítica utilizamos a Análise de conteúdo (Bardin (2016; Franco, 2008). A partir delas, evidenciou-se a importância da escolha crítica do livro didático. Tais abordagens visam superar o racismo estrutural presente nos materiais didáticos, fazendo-se análises da representação do negro e do indígena. Temos e buscamos como resultados satisfatórios, a compreensão e as concepções da diversidade étnico-racial da turma do 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais do município de Itaqui. Obtemos como resultados satisfatórios, a compreensão, entendimento e concepções da diversidade étnico-racial de uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais do município de Itaqui, RS.

Palavras-chave: Diversidade Étnico-Racial. Educação Antirracista. Práticas Pedagógicas. Livro Didático de História. Ensino Fundamental Anos Iniciais.



ABSTRACT

This study's theme is the textbook and ethnic-racial issues: reflections, conceptions and pedagogical practices in primary education, with the purpose of showing understanding and appreciation of the diversity that exists in the school environment, through anti-racist education. Given the above, the following problem arises: How are ethnic-racial issues being addressed in the 5th year textbook of an elementary school class? To respond to the problem, we propose to analyze how ethnic-racial issues are being addressed in the textbook for the 5th year of Elementary School. The specific objectives were: to identify in textbooks the themes/contents that deal with ethnic-racial issues; check how the themes are being addressed, observing the underlying concepts; identify the implications of the approaches for teachers and students. We adopted a qualitative approach (Minayo, 2001). We carried out a documentary analysis to investigate the textbooks and legal documents of Brazilian education, at national and state level, as well as the BNCC, the PPP (Pedagogical Political Project) of the school, municipal documents such as the Municipal Education Plan and the Curricular Reference of the Elementary School in the municipality of Itaquí/RS. We rely theoretically on the studies of the following authors: Gusmão (2000), Gomes (2011), Hernandez (2005), Kabengele (2005), Nascimento (2001) Silva (2000) among others. As an analytical strategy, we use Content Analysis (Bardin, 2016), (Franco, 2008). From the analyzes and reflections, the importance of critically choosing the textbook was highlighted. Such approaches aim to overcome the structural racism present in teaching materials, analyzing the representation of black and indigenous people. We have (we seek) as satisfactory results, the understanding and conceptions of the ethnic-racial diversity of the 5th year elementary school class in the municipality of Itaquí. We obtained satisfactory results, the understanding, understanding and conceptions of ethnic-racial diversity of a 5th year elementary school class in the municipality of ITAQUI/RS.

Keywords: Ethnic-Racial Diversity. Anti-Racist Education. Pedagogical Practices. History Textbook. Elementary Education. Early Years.



LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização

MEC - Ministério da Educação

PPP- Projeto Político Pedagógico

SME - Secretaria Municipal de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RCG - Referencial Curricular Gaúcho

ONU - Organização das Nações Unidas

MNU - Movimento Negro Unificado

FNB - Frente Negra Brasileira

TEN - Teatro Experimental Negro

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro- Brasileiros



LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Capa do livro de História Coleção Ápis Manual do Professor.....	39
Figura 2- Crianças observando pinturas rupestres em um sítio arqueológico.....	41
Figura 3 - Pinturas rupestres.....	42
Figura 4 - Pintura rupestre de cavalos selvagens em parede de caverna.....	43
Figura 5 - Lideranças Kaiapós.....	44
Figura 6 - Primeira missa no Brasil.....	45
Figura 7 - Contos e Lendas Afro-Brasileiros.....	46
Figura 8 - Crianças ajudando a conservar uma área pública.....	46
Figura 9 - Crianças refugiadas.....	47
Figura 10 - Hábitos culturais indígenas.....	48
Figura 11 - A regra de ouro.....	49
Figura 12 - Canções curiosas.....	51
Figura 13 - Crianças trabalhadoras no interior de uma fábrica de louças.....	52
Figura 14 - Angela Merkel, discurso no Parlamento Europeu.....	53
Figura 15 - Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão.....	54
Figura 16 - Sala de aula em escola municipal em Tucumã.....	55



Figura 17 - Fuga dos escravos de François- Auguste Biard.....	56
Figura 18 - Feitores castigando negros, de Jean-Baptiste Debret.....	57
Figura 19 - Cerimônia de entrega de cartas de alforria.....	57
Figura 20 – Página do jornal O amigo do escravo.....	58
Figura 21 - Trabalhadores de uma fábrica de couro.....	59
Figura 22 - Ato organizado pelo Movimento Negro no Brasil.....	59



SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	14
2- CAMINHOS METODOLÓGICOS: Estratégia de Investigação	18
2.1- Sobre o Processo da Pesquisa	20
2.2- A Coleta e Análise de Dados	23
3- REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: Perspectiva Histórica	25
3.1- Aspectos Históricos as Relações Étnico-Raciais no Brasil.....	25
3.2- O Processo de Construção e Reconhecimento das Diferenças Etnico- Raciais.....	28
3.3- O Estado da Arte sobre as Questões Étnico-Raciais nos Livros Didáticos no Ensino Fundamental.....	34
4- NO PENSAR, NO FALAR E NO AGIR: análise e discussão dos dados.....	48
4.1- Análise do Livro Didático de História da Coleção Àpis	48
4.2- O Livro Didático numa Perspectiva Antirracista.....	69
5- A ESCOLA COMO ESPAÇO DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO: Por uma educação Antirracista.....	82
5.1- Diversidade Étnico-Racial e Práticas Pedagógicas na Escola.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS.....	112



1- INTRODUÇÃO

“Todos devemos saber que a diversidade faz uma tapeçaria rica, e devemos entender que todos os fios da tapeçaria são iguais em valor, não importa qual seja sua cor.” “Todos os filhos de Deus precisam de sapatos” (Maya Angelou- de viagem” (1986)

A diversidade num conceito mais amplo remete à pluralidade de associar, respeitar os seres humanos em todas as suas características, especificidades, gênero, etnias, raças, credos e contextos sociais em que vivem. Para Gusmão (2000, p. 12) “O diferente e a diferença são partes da descoberta de um sentimento que, armado pelos símbolos da cultura, nos diz que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou”. As diferenças humanas servem para enriquecer as relações, os grupos, pois na troca entre os diferentes, ocorre o crescimento de todos, e, essas diferenças devem ser abordadas sob o aspecto humano, levando em consideração as diferentes histórias de vida de cada aluno.

Nesta linha de pensamento, Gusmão (2000) informa que tratar as crianças com igualdade é respeitar as suas diferenças. Gomes (2002, p. 40) “o fato de sermos diferentes enquanto seres humanos e sujeitos sociais talvez sejam uma das nossas maiores semelhanças”.

As relações étnico-raciais são temáticas complexas e relevantes, principalmente num cenário de retrocesso dos direitos sociais, que até nos dias de hoje causam impactos dolorosos na sociedade, mas contudo, grandes conquistas foram garantidas via legislação. Perante isso, quando nela pensamos vemos que a mesma, ao passo que é complexa pela sua constituição e trajetória histórica de lutas e silenciamentos, também pode ser percebida como descomplicada quando olhamos o outro como um membro constituído no/do mesmo tecido social humano. A diversidade não deveria nos minimizar enquanto pessoa, mas deveria sim, valorizar e enobrecer as convivências culturais.

Observando pela ótica da humanidade parece fácil de ser compreendida, é simplesmente uma questão de nos percebermos na mesma sintonia humana, na qual precisamos ensinar e aprender que viver é estar imerso na diversidade do social,



cultural, étnico e de gênero. É simplesmente percebermos juntos nesse processo de construção de nós mesmos, respeitando e aceitando as diferenças.

Na contrapartida dessa visão tão cheia de sonhos, mas que se coloca como uma luz que guia uma constante busca de mudanças e os mais profundos anseios de uma convivência mais equânime e saudável para todos nós homens e mulheres. Estamos mergulhados numa sociedade fragmentada, muitas vezes tão machucada e deprimida e que também machuca e destrói. Com todo esse cenário de sofrimento e desigualdades, o que nos cabe fazer como educadores? Acredito que tentar amenizar tais feridas. Mas para isso, precisamos problematizar estas questões no âmbito da sociedade e por meio da educação, sendo justa e com equidade, mobilizando a efetividade das práticas de políticas públicas sendo mais igualitárias e de qualidade, assim como para as escolas, professores, alunado e famílias.

Percebemos o quanto o ser humano é diverso em sua essência. Essa diversidade cultural valiosa e rara faz parte da construção histórica de nosso país e isso é um diferencial, precisamos acreditar que é possível vivermos em sociedade. Toda essa grandiosa variedade de culturas existentes, deveriam fazer com que as pessoas valorizassem e respeitassem melhor as diferenças, inclusive, já que nos trazem tantas riquezas e benefícios para nossa vida e formação de nós mesmos.

Pensar à diversidade presente no ambiente escolar nos desafia, pois, de um modo geral, temos um ambiente rico e variado, no que se refere às trocas culturais, de informações e aprendizagens valiosas e, ao mesmo tempo, é um lugar de muitos embates, adaptações, modelação sócio-culturais são realizadas. Essa diversidade faz parte da escola e como tal, exercem um papel fundamental e social na construção e formação de todos os alunos.

A palavra diversidade está relacionada a tudo aquilo que é diverso, variedade multiplicidade. Discutir a diversidade cultural nos remete a pensar e exige também a cada um de nós o constante aprendizado que a diversidade traz consigo. Respeitar e valorizar as diferenças e a percepção das riquezas culturais que o ser humano traz ao longo de toda sua evolução. Segundo Gomes em seus estudos (2011, p.138) afirma que “as ações afirmativas trazem em si uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes”.



Entendemos a escola como espaço de enfrentamento ao racismo e das desigualdades sociais. Desta forma, almejamos que a comunidade escolar possa promover uma educação antirracista, a qual persevere em práticas pedagógicas que acolham todos os alunos independentes de sua condição pessoal ou social.

Estamos cientes de que a “escola sozinha não dá conta de tudo, mas nem por isso ela deixa de ser responsável nesse processo” (Gomes, 2013, p. 87), tendo em vista que precisa acolher a todos, administrar e consolidar tantas diferenças existentes nesse ambiente. Ademais, as questões relacionadas ao preconceito discriminação e desigualdades sociais e raciais, afetam o bom funcionamento e andamento da escola, tornando um ambiente pesado, angustioso, com a falta de harmonia e respeito pelo o outro. Os desdobramentos dessa situação reverbera no não desejo de estar na escola, implicando também na prática pedagógica dos educadores. Desta forma, são necessários trabalhar urgentemente as questões étnico-raciais entre alunos, educadores e comunidade escolar, como também na sociedade, buscando resultados positivos, significando assim, tornarmos visíveis todas essas diferenças socioculturais de diferentes grupos sociais, étnicos, políticos, religiosos, deficiências, de gênero, entre outros que compõem esse espaço.

Tendo como linha de pesquisa, Metodologias e Práticas na Educação Básica, e ainda os recorrentes problemas relacionados ao preconceito étnico-racial e atitudes de discriminação pela cor, houve a preocupação em refletir sobre tais questões, as quais afetam e recaem sobre a escola. Buscamos com isto amenizar a situação, construir caminhos de paz e de igualdade, principalmente entre os estudantes, comunidade escolar e as famílias.

Com o tema sugerido das questões étnico-raciais nos livros didáticos, procura-se analisar e refletir sobre as concepções e práticas pedagógicas no ensino fundamental nos anos iniciais, como está sendo estudadas e repassadas aos alunos de forma clara e não estereotipada a figura do negro no ambiente escolar, a fim de combater o racismo e formalizar princípios de paz e igualdade entre os alunos.

Diante do exposto, emerge então a seguinte problemática: como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas no livro didático do 5º ano do Ensino Fundamental. Para melhor compreendermos esse estudo apresentamos o seguinte



objetivo geral: analisar como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas nos livros didáticos do 5º ano do Ensino Fundamental. Elegemos como objetivos específicos: identificar nos livros didáticos os temas/conteúdos que tratam das questões étnico-raciais; verificar como os temas estão sendo abordados, observando os conceitos subjacentes; identificar as implicações das abordagens para professores e alunos (análise crítica do livro). Para esse estudo será feita a análise dos conteúdos do livro de história do 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais.

O presente texto, fruto da investigação, foi estruturado em seis capítulos, conforme apresentaremos em seguida. Um capítulo introdutório, no qual apresentamos em linhas gerais a intenção da pesquisa. No capítulo intitulado “Caminhos metodológicos” expomos a metodologia da nossa pesquisa. Para tanto, apresentamos e justificamos nossas escolhas metodológicas em: a estratégia da investigação, o processo da pesquisa, a coleta e análise de dados metodológicos. Realizamos análises de documentos da legislação brasileira e de livros didáticos. Como estratégia analítica, utilizamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 2009).

No capítulo terceiro com o título “Diversidade Étnico-racial na Sociedade Brasileira”, abordamos as discussões das relações étnico-raciais no Brasil, visando à descrição dos debates relacionados às teorias de práticas racistas que sofreram e tiveram repercussão na organização social ao longo do século XX, tendo como contribuições as Diretrizes Curriculares Nacionais, o sancionamento da lei nº 10.639/03 que determina a obrigatoriedade de inclusão dos estudos da História da África e dos africanos, reafirmando ainda com a lei nº 11.645/08, também o processo de construção do reconhecimento das diferenças étnico-raciais, definição de raça e etnia e ainda transcrevendo a luta antirracista no ambiente escolar. Com isso, objetivamos oferecer condições de compreensão e entendimentos dos dados que foram produzidos através dessa investigação.

No quarto capítulo intitulado “no pensar, no falar e no agir”, procuramos identificar nos livros didáticos os temas e conteúdos que tratam das questões étnico-raciais. E, no quinto capítulo apresentamos como os temas estão sendo abordados, observando os conceitos subjacentes. Por fim, apresentamos nossas considerações sobre a investigação.



2- CAMINHOS METODOLÓGICOS: Estratégia de Investigação

“Todos temos diferenças. Mas respeito é algo que precisamos ter em comum.” (Hadassa Meireles, 2021).

Para seguir nosso estudo, adotamos a metodologia qualitativa, usando como procedimento a análise documental para investigar os documentos desejados. Para Neto e Castro (2017, p. 82-83) as motivações para realizar uma pesquisa “[...] advém das experiências de vida, sejam pessoais e/ou profissionais, do contexto sociopolítico e econômico vivenciado e das lacunas existentes nas investigações científicas”.

Sob essa óptica, devemos entender que não podemos nos embasar tão somente naquilo que vivemos e conhecemos, pois as experiências passadas fazem com que entendamos mais e melhor o ser humano, sabendo da sua evolução, atualização de princípios, conhecimentos e valores. Em sendo assim, essa pesquisa teve como objetivo analisar como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas nos livros didáticos do 5º ano do ensino fundamental. Essa análise foi realizada no livro de história, da coleção: Ápis da Editora Ática.

Utilizamos uma abordagem qualitativa para a realização desta investigação, tendo em vista o objeto e as fontes de análise. A pesquisa qualitativa para Minayo (2001), responde a questões muito particulares, e com isso preocupa-se com as ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificados, mas trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2001, p. 14). Sobre a abordagem qualitativa, Guarnica (1977, p.111) informa que:

ganha novo significado, passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando única e/ou aprioristicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador-investigador. Essa ‘compreensão’, por sua vez, não está ligada estritamente ao racional, mas é tida como uma capacidade própria do homem, imerso num contexto que constrói e do qual é parte ativa.



Para esse estudo, adotamos a metodologia qualitativa que valoriza a busca de significado e interpretação aprofundada às opiniões, motivações e comportamentos, visando gerar conhecimentos aplicados a um contexto particular, que é de muita importância. A pesquisa qualitativa é uma abordagem de pesquisa que examina evidências de forma investigativa a que se pretende alcançar com os sujeitos envolvidos nesse processo de estudo.

Quando falamos em pesquisa documental temos que ter em mente que a mesma é uma técnica de pesquisa qualitativa, que busca em sua essência qualificar diversas fontes que tem como enfoque principal uma temática similar, lembrando que as fontes são oriundas de documentos impressos, gráficos, audiovisuais. E, ao falarmos desta quantificação de fontes, percebemos a grandeza e a quantidade de pensamentos que circundam a mesma temática, o que nos remete a valorizar ainda mais o referencial de todos os autores envolvidos.

Somente assim, conseguiremos contextualizar historicamente os diversos pensamentos e organizá-los dentro de uma evolução temática. Ademais,

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (Cellard, 2008).

Já a pesquisa análise de conteúdos, é uma metodologia sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens, como, escritos, orais, imagens, gestos. Em relação à Análise de Conteúdo (AC), Bardin (2009, p. 14) salienta que

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que, embora parciais, são complementares

Além disso, de acordo com Franco (2003, p. 14) “A análise de conteúdo assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem.”

A fim de esclarecer como empregamos a análise de conteúdo neste estudo, apresentamos os três momentos que a constituem: a pré-análise; a exploração do



material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Com relação à pré-análise, consiste na organização e preparação dos dados para após a leitura do material, objetivando assim “a escolha certa dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses, dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”. (Bardin, 2016, p. 121). Neste momento, destaca-se a importância da leitura “flutuante”, “deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 2016, p. 122).

No que se refere à exploração do material, trata-se de uma fase da análise propriamente dita, consiste na aplicação sistemática das decisões tomadas, envolvendo codificação, categorização, decomposição ou enumeração, em função das regras previamente formuladas (Bardin, 2016).

Acerca do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, trata-se de uma etapa na qual os dados serão “tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos”, podemos ser utilizadas operações estatísticas simples ou complexas, que “permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise” (Bardin, 2016, p. 127).

Realizou-se, nesse estudo, uma análise do seguinte livro didático: Livro de História Ápis, da Editora Ática, de uma turma do 5º ano do ensino fundamental, trabalhados pela professora em aula no ano de 2022. Os conteúdos em destaque do livro da Ápis são: Os povos e as culturas; A formação dos primeiros povos; Povos e religiões; A formação da cidadania; respeitar quem é diferente e; lutar pela cidadania.

2.1- Sobre o Processo da Pesquisa

A pesquisa de análise de documentos foi realizada no ano de 2022, fazendo-se um recorte dos conteúdos e temas trabalhados. Portanto, esta investigação foi feita a partir de análise de livros didáticos de História, de uma turma do 5º ano do ensino fundamental, trabalhados pelo professor em aula no ano de 2022.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica.



Por meio do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985 foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático, de acordo com o Artigo 81, item III, da Constituição que versa sobre a Educação como direito de todos, e de acordo com os propósitos de universalização e melhoria do ensino de 1º grau, contidos no Programa "Educação para Todos".

É importante considerar alguns critérios fundamentais para a escolha que foi utilizada para analisar o livro de História da coleção Ápis, pois o conteúdo deve ser apropriado para a faixa etária dos alunos, facilitando a compreensão e o engajamento de todos. A estrutura do livro deve ser clara, com uma apresentação lógica dos temas, subdividida em capítulos e seções que facilitam a navegação.

Os conteúdos devem estar atualizados e refletir questões contemporâneas que conectam o passado ao presente, tornando a História mais interessante e relevante para os alunos. Os textos escritos em linguagem clara e interativa, com recursos visuais como ilustrações, mapas e infográficos que ajudam a ilustrar os conceitos. Além disso, a coleção inclui atividades práticas, perguntas para discussão e projetos que incentivam a pesquisa e a reflexão crítica. Uma leitura clara e precisa nos traz muitos benefícios para a aprendizagem e muitos conhecimentos.

Sobre a escolha das coleções do PNLD, dá-se por publicação de edital onde os livros passam por uma análise segundo os critérios estabelecidos. As coleções aprovadas serão divulgadas no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no guia destinado aos coordenadores e professores. Nele, constarão resenhas das obras para subsidiar uma escolha democrática das coleções.

No que se refere ao “Edital de Convocação Nº 01/2019 – Cgpli Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2019 – Atualização segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, no qual o livro selecionado para análise foi aprovado.

Esta coleção integra o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Trata-se de um conteúdo que passou por uma criteriosa avaliação do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação,



visando disponibilizar as escolas públicas brasileiras um material de qualidade e adaptado às Diretrizes da nova Base Nacional Curricular Comum, a BNCC.

A coleção Ápis de livros de História para o ensino fundamental anos foi projetada para apresentar de forma acessível, clara e envolvente os principais eventos e temas da história para melhor apreciação dos alunos. Os livros são organizados por séries, abordando desde a pré-história até a história contemporânea, sempre contextualizando os conteúdos com a realidade dos alunos para melhor compreensão e entendimento dos acontecimentos.

A coleção apresenta os fundamentos teóricos que embasaram a escolha dos temas trabalhados pelo professor em aula. Portanto, os temas foram escolhidos com cuidado para uso dessa turma do 5º ano do ensino fundamental, para integrar o processo de alfabetização plena e a formação do pensar histórico, que é a base para o aprendizado e o desenvolvimento da disciplina de história para os alunos.

A coleção nos traz muita informação sobre a nossa história e um dos diferenciais é a valorização da diversidade cultural e a inclusão de múltiplas perspectivas históricas, promovendo o respeito e a compreensão das diferentes identidades e contextos sociais e isso torna a aprendizagem mais rica e significativa para os estudantes.

Portanto, o livro da coleção Ápis, das autoras Maria Elena Simielli, Pós-Graduada em Geografia e Anna Maria Charlier, Bacharel e Licenciada em História e Geografia foi tomado como objeto de pesquisa. Indicado para o 5º Ano do Ensino Fundamental I, direcionado a rede pública de ensino, tendo a Editora Ática como responsável pela publicação no ano de 2017, e atualizado de acordo com a BNCC. O livro possui um total de 176 páginas. Sua coleção foi elaborada em conformidade com a proposta do edital do PNLD de 2017 e entregue as escolas em 2019.

Relatamos ainda que realizamos uma análise nos documentos estaduais, do Ministério da Educação (MEC), da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), bem como PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola pesquisada. Ainda para enriquecer nosso estudo, fez-se análise de documentos municipais como o Plano Municipal de Educação que consta as Diretrizes e Metas para a educação Básica e o Referencial



Curricular do Ensino Fundamental e o regime de colaboração que contempla as concepções e normas do funcionamento do ensino municipal de Itaqui/RS.

Consideramos que o referido estudo foi satisfatório, proporcionou uma discussão relevante sobre o tema analisado, as questões étnico-raciais pertinentes a nossa realidade e comprometimento com as questões étnico-raciais observadas nas análises dos respectivos documentos.

O livro didático de história analisado na pesquisa, foi utilizado na escola pública estadual da zona urbana na cidade de Itaqui – RS. A instituição de ensino foi contemplada com o turno integral de ensino, beneficiando aos alunos, o tempo integral na escola com disciplinas complementares ao ensino regular.

A escola atende alunos do 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental, funcionando assim nos turnos manhã e tarde, totalizando aproximadamente 120 alunos. Os alunos que frequentam essa instituição de ensino encontram-se em situação de vulnerabilidade. A escola conta com sua equipe diretiva, formada pelo diretor (a), supervisor (a), orientador (a), professores, alunos, funcionários em geral.

Em relação ao aspecto pedagógico, a escola segue as orientações da Secretaria da Educação (10ª Coordenadoria de Educação de Uruguaiana), que abrange o município. Durante o ano de 2022, os planejamentos dos conteúdos foram organizados de forma multidisciplinar, integrando-os as disciplinas eletivas, buscando abranger as diferentes áreas do conhecimento e habilidades, bem como a exploração dos conteúdos e temas norteadores, fazendo uso dos livros didáticos.

2.2- A coleta e análise de dados

Os debates sobre as questões étnico-raciais é um tema da realidade que vivemos, convivemos e presenciamos na sociedade, na comunidade e dentro do espaço escolar. Observamos a escola, como um espaço de socialização, aprendizagem, troca de experiências e vivências compartilhadas, além de ser um dos espaços de enfrentamento ao racismo. A escola tem sido desafiada a desenvolver um processo educativo com intuito de abranger todos os alunos. Segundo Pabis e Martins (2014, p. 10)

[...] numa mesma sala de aula encontramos alunos oriundos dos mais diversos segmentos sociais, com diferentes condições econômicas,



descendentes de diferentes etnias, e até aqueles cujas famílias participaram dos movimentos que se desencadearam no Brasil após redemocratização do país. Entre estes movimentos podem-se destacar os dos afrodescendentes, dos homossexuais, gays e lésbicas, a reivindicação de espaços e direitos pelos portadores de necessidades especiais, dentre outros.

As escolas recebem todos os anos alunos e alunas de diferentes procedências sociais e culturais, e, durante todo ano letivo muitas vezes não conseguimos nos adaptar e processar diferentes informações de mundos culturais que o universo escolar abriga.

Para melhor compreender e enriquecer essa pesquisa, analisaremos também o documento da escola, o PPP (Projeto Político Pedagógico) no capítulo quarto, na parte das análises dos dados e discussões. Para Vasconcellos (2010, p. 169)

O projeto político-pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento escolar que contempla na íntegra as orientações da proposta curricular, também apresentando especificidades de acordo com a realidade de cada instituição de ensino.

Portanto, com o estudo em vista, acerca da problemática que surgem referentes ao tema sobre as questões raciais na escola é importante nos embasar em princípios e teorias que atendem a todos num processo de conceitos múltiplos e a determinados temas do nosso dia a dia.

Com relação à pesquisa, Chizzoti (2001, p. 83) ressalta ser importante que:

Todas as pessoas que participam da pesquisa [...] elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõem-se, pois, que elas tenham um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam suas ações individuais

Nesse sentido, no próximo tópico, será apresentada a leitura dos resultados após análise documental, baseando-se nos objetivos que se pretendeu atingir nesse estudo.



3- REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: PERSPECTIVA HISTÓRICA

“Deus amou a diversidade, portanto respeitemos o solo de cada um, o terreno de cada um e a forma como a “planta” cresce”.
Katiana Santiago (2005).

Neste capítulo faremos um breve histórico da trajetória das relações étnico-racial no Brasil, observando os avanços e conquistas para a educação e sociedade brasileira até os dias de hoje.

3.1- Aspectos históricos as Relações Étnico-raciais no Brasil

Após o fim da Idade Média, as nações europeias iniciaram um processo de colonização nas sociedades das Américas e da África. Nesse processo os colonizadores europeus não apenas exploraram recursos dos países colonizados, mas também implementaram um sistema de dominação cultural sobre os povos nativos dessas regiões.

Os diferentes povos e comunidades compostos por indígenas e negros foram submetidos a maus-tratos e eram vistos pelos colonizadores como “não civilizados.” Como consequência disso, parte deles foram escravizados e submetidos a condições desumanas de sobrevivência, sendo explorados e no caso das mulheres negras e indígenas, sendo violentadas sexualmente, grande sofrimento para esse povo sobre essa forma de poder para com eles.

No Brasil, a escravidão e o processo de tráfico de pessoas duraram cerca de 400 anos. Indígenas e africanos foram mortos, torturados e explorados. Os negros foram traficados para a região por meio dos chamados navios negreiros. Além de serem utilizados como mão-de-obra escravizada, esses povos também tiveram suas identidades culturais (não só cultural, mas a identidade no sentido amplo), seus valores e costumes suprimidos pelos colonizadores, que forçavam (Arno Wehling, 1999).



Os escravizados durante esse período não tinham nenhum direito. Foi só em 1757 que esses grupos passaram a aparecer no ordenamento jurídico como sujeitos e não como objetos. Isso aconteceu ainda de forma abusiva com os estabelecimentos do Diretório dos Índios, uma lei que garantia a liberdade aos indivíduos que seguissem os padrões de vida dos europeus (Coelho, 2005, p. 50-51).

A abolição formal da escravidão e a conquista pelo direito fundamental da liberdade dos negros só aconteceu de forma generalizada em 1888 com a promulgação da Lei Áurea. Com isso o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão (Moura, 2004, p. 15).

Mas, mesmo com a referida lei, esses povos continuaram sem a garantia de vários outros direitos fundamentais, na verdade, muitos negros não tiveram sua cidadania reconhecida. Em 1850, a Inglaterra proibia o tráfico negreiro, instituía-se no Brasil a Lei de Terras e o Parlamento da época aprovava a Lei Eusébio de Queiroz, quando governo imperial temendo uma ação da Inglaterra elaborou um projeto de lei, visando à adoção de medidas mais eficazes para a extinção do tráfico negreiro. Ainda nesse projeto constavam medidas e cláusulas que puniam qualquer tipo de desembarque de escravos no território brasileiro ou que pudessem subordinar esse projeto de lei (Lopes, 2004, p. 25).

A partir desta década ganharam força os movimentos abolicionistas, movimento político do fim do século XVIII, cujo intuito foi o de abolir a escravatura nas Américas, como resultado das reações das próprias vítimas, expressas desde o século XVI. No Brasil, após muitos impasses, foram promulgadas as leis Eusébio de Queiroz, do Ventre Livre, dos Sexagenários e, finalmente a Lei Áurea, que causou descontentamento por parte dos conservadores da época (Marquese, 2015, p.43).

E falando do preconceito e da forma de como muitas pessoas pensavam, só para termos uma ideia, o preconceito era tanto que nos Estados Unidos, o regime proibia que os negros frequentassem os mesmos locais que os brancos. Nos ônibus, por exemplo, os assentos da frente eram apenas para os brancos e se, por acaso o ônibus lotasse, os negros eram obrigados a ceder seus lugares aos brancos, uma forma muito discriminatória. Além disso, os direitos civis dos negros não eram reconhecidos, o que gerou movimento de luta pela sua reivindicação por conta de



tanto desamor e racismo, que segundo King, “o povo americano estava infectado pelo racismo.” (King, 2014, p. 43).

Foram muitos acontecimentos que até então surgiu a necessidade de mudanças. Então que um dos líderes desse movimento foi Martin Luther King Jr, que organizou a Marcha sobre Washington com cerca de 250 mil pessoas. E como resultado dessa marcha, foram obtidos um conjunto de ações e movimentos sociais e grandes mobilizações populares em defesa dos bens sociais. Em 1964 foi aprovada a lei dos Direitos Civis no país, encerrando legalmente a segregação racial, mas que ainda deixou diversas consequências que podem ser vistas até os dias de hoje, exemplificando o cenário de outro país (Sousa, 2009, p.136).

Retornando ao contexto brasileiro destacamos a Lei Áurea, com registros dos negros escravizados e supostamente livres, deixando de ser escravizados, essa lei não os libertou totalmente, impedindo-os a terem acesso a terras, escolas e ao mercado de trabalho, deixando claros os objetivos das políticas públicas baseadas em critérios raciais. Das políticas raciais adotadas no início do século XX, largamente apoiadas por teorias racistas, fez com que soassem más interpretações sobre a população negra, surgindo comentários maldosos e preconceituosos sobre sua cor (Paixão, 2006, p. 36).

Os debates sobre as questões raciais predominam as discussões de classes dominantes acerca dos impactos no futuro do Brasil ao final do século XIX, com fundamento que a população negra e escravizada seria socialmente um atraso, necessitando assim a formulação da tese de branqueamento (Munanga, 1999, p. 53).

No Brasil, um dos projetos eugênicos que rondava o pensamento dos intelectuais da época foi o de branqueamento, por meio da reprodução de carga genética de cor branca, pois só assim a nação brasileira teria bons benefícios e progresso. Esse tornou-se um dos grandes desafios para a política brasileira no século XX (Dávila, 2006. p. 49).

Em meados do século XX, podemos repensar a história fazendo uma analogia com a realidade que os grupos étnico-raciais que sofreram por discriminações e exclusões sociais durante a história. Diante disso, muitas foram às dificuldades e os obstáculos encontrados nesse percurso.



Assim, o termo raça foi entendido como uma patologia e, conforme suas causas, poderiam ser tratadas. A fim de considerar raça e outros conceitos relacionados como categoria de análise, faz-se importante traçar algumas conceituações. Em consonância com Gomes (2001, p. 85), adota-se o termo “raça” e seus correlatos em uma perspectiva de reapropriação, “entendida como um conceito relacional que se constitui histórica, política e culturalmente”.

Considera-se assim, que esse entendimento era o mais adotado pelos sujeitos sociais, que articula aspectos culturais e sinais físicos no corpo. Nesse sentido, Souza (1983, p. 20) assim definia raça:

Noção ideológica, engendrada como critério social para distribuição de posição e estrutura de classes. Apesar de estar fundamentada em qualidades biológicas, principalmente a cor da pele, raça sempre foi definida no Brasil em termos de atributo compartilhado por um determinado grupo social, tendo em comum os mesmos conhecimentos e posturas, mesmo contingente, mesma bagagem de valores culturais.

Dessa maneira, é possível compreender que a raça desempenha importantes funções simbólicas no contexto multirracial e racista no Brasil. Tendo em vista que, quanto mais próximos dos valores e padrões dominantes de raça e classe existissem, mais chances de ocupar posições privilegiadas na sociedade, como forma de interesses pessoais.

Vale destacar a importância do Movimento Negro Educador para todas essas questões que estão sendo debatidas sobre as diversidades étnico-raciais. A escritora Nilma Lino em sua obra “O Movimento Negro Educador” nos traz uma reflexão sobre como auxiliar no combate às desigualdades sociais e ao racismo existente na sociedade brasileira, construindo uma consciência negra, ou seja, uma população negra que se assume e se autodeclara negra, buscando resgatar e valorizar sua cultura e pensamento afro-brasileiro importante para o processo educacional, além dos atos políticos que estão enraizados na sua luta histórica (Gomes, 2017, p. 16).

3.2- O Processo de Construção e Reconhecimento das Diferenças Étnico-Raciais

Para adentrarmos no assunto sobre o processo de construção e reconhecimento das diferenças étnico-racial no Brasil, faremos uma retrospectiva



histórica no final do século XIX. Período no qual o racismo científico serviu de justificativa a empreitada colonial, passando por um período de mudanças e modernização da sociedade brasileira, permeada pela pretensa integração do povo brasileiro nessa sociedade, até o período de redemocratização brasileira até os dias de hoje.

Em meados do século XIX, muitas foram às idas e voltas em busca de consolidação e experiência colonial. Entretanto, ainda neste século a ciência procurava demonstrar que a raça estava estreitamente vinculada a padrões civilizatórios ausentes das populações nativas do continente africano, justificando sua expansão baseados na inferioridade natural dos que não eram brancos, nos seus estilos no ponto de vista ético, religioso e moral.

Ainda, a Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) houve debates fortemente constituídos internamente em relação a uma presença numerosa de população composta por ex-escravizados. De acordo com Munanga (2004, p. 55) vários são os intelectuais e autoridades que fazem parte desse debate, sempre tendo como pano de fundo a busca de uma identidade étnica única de um país. Ainda segundo este autor,

O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional, era fundamentalmente a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mescla, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e num só povo (Munanga, 2015b, p. 49).

Enfim, a década de 1930, registra-se como otimista e positiva com o cenário das transformações experimentadas pela sociedade brasileira. Novos olhares e ideais para as relações étnico-raciais no país indicavam, diferentemente dos debates anteriores, as contribuições positivas dos negros, indígenas e brancos. Neste sentido, lançam-se no mito da democracia racial, liberdade e igualdade para todos, que de um modo geral possibilitava a todos os indivíduos reconhecerem-se como nacionais, isto é, brasileiros.

No caso da realidade brasileira, segundo Ortiz (1994, p. 25),

A formação do Brasil com base no trabalho escravo teve como uma de suas consequências o aparecimento de práticas racistas não apenas em seu período escravista, mas também nos séculos posteriores. Com efeito, o Brasil pós-abolição, deveria ser repensado e reorganizado a fim de inseri-lo no quadro do capitalismo internacional. Segundo o discurso das elites, um país desenvolvido não poderia ser marcado por uma população negra e mestiça,



ou com conflitos raciais que o desestabilizassem. Nessa direção, duas ideologias, inicialmente, surgiram para “solucionar” o problema: a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, que substituiu a ideologia do branqueamento como explicação da identidade nacional.

Desta forma, o mito da democracia racial fez com que se acreditasse que no Brasil as questões de raça, da escravização dos povos africanos estabelecidas no passado colonial, foram diluídas e as relações, a partir de então, eram harmoniosas e de paz racial. A prova de que o mito da democracia racial não passa no crivo histórico-sociológico, está presente no argumento de Bastos, quando ressalta que,

Florestan Fernandes aponta para o caráter hipócrita da formulação, mostrando que o mito baseia-se na afirmação de que a ordem social competitiva é aberta a todos igualmente, forjando-se a crença de que há um paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira. [...] O mito da democracia racial funda uma consciência falsa da realidade, a partir da qual “acredita-se” que o negro não tem problemas no Brasil, já que não existem distinções raciais entre nós, e as oportunidades são iguais para todos. [...] Não se trata de uma formulação sem sentido. Serve a uma constelação de interesses, entre os quais isentar as elites de culpas e evitar a realização efetiva da integração racial democrática. É a forma pela qual as elites exorcizam a ameaça dos movimentos sociais (Bastos, 1987, p. 148).

A ditadura de Getúlio Vargas (1937- 1945) tirou muito proveito dessa situação, pois tinham grandes projetos nacionais pelo êxito da industrialização, sendo como se chamou de imprensa negra, devido a denúncias possíveis de ser identificadas, com que os debates em torno das desigualdades assentadas nas diferenças raciais, almejando sentimento nacionalista em busca de uma “raça nacional forte e trabalhadora” (Veiga, 2007, p. 265).

Daí o mito da democracia racial tinha por um dos seus fundamentos, o apagamento das diferenças raciais na perspectiva de construção de uma raça para além das raças. Nessa percepção como afirma Maria Arruda, o nosso sociólogo reconhece que “o protesto negro, muito embora não fosse suficientemente forte para superar as desigualdades raciais”, representa “a construção de uma nova era histórica na qual os herdeiros do cativo começam a afirmar-se como homens livres e cidadãos” (Arruda, 1996, p. 199).

Essa característica do mito da democracia racial conduziu, que o Brasil, por exemplo, fosse palco de umas das mais importantes pesquisas sobre relações étnico-



raciais jamais realizadas. Proposta por organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), a pesquisa tinha por objetivo compreender como se dera a harmonização de convivência racial.

O que se verificou, conforme o avanço nas análises realizadas ao longo das décadas de 1930 e 1940, é que as denúncias problematizadas pelo mito da democracia racial possuíam fundamento, pois o processo de modernização, a intensa industrialização não se habilitara como alavanca propulsora da eliminação das desigualdades raciais.

Diante do exposto, pode evidenciar que no Brasil, ao longo de sua história foi sendo instaurada uma ideologia dominante respaldada por uma visão eurocêntrica e monoculturalista. Segundo Henrique (2001, p. 13):

As questões étnico-raciais no Brasil tiveram como base a suposta 'democracia racial' alicerçada numa aparente 'competição democrática' teve como consequência o impedimento da formação da identidade coletiva e da mobilização do segmento negro que atribuiu sua condição a questões estritamente socioeconômicas ou ético-morais (incompetência, preguiça, malandragem etc.), o que permitiu que poucos negros (as) visse necessidade para se organizar e lutar contra as condições de desigualdade racial.

Após o término da II Guerra Mundial, o horror do holocausto e a derrota de projetos políticos, cujos projetos se davam em torno da raça (dimensão biológica) houve uma espécie de consenso de que buscava identificar experiências notáveis no que se refere ao convívio pacífico entre distintas raças. Então, em julho de 1950, o Comitê Executivo da UNESCO propôs "uma pesquisa-piloto" sobre contatos raciais no Brasil, com a finalidade de determinar os fatores sociais que viabilizariam a existência de relações raciais pacíficas (UNESCO, 1950, p.40).

Na busca de compreender esse fenômeno social, ou seja, as relações entre distintas raças, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, lança mão do conceito de integração do negro na sociedade moderna. Assim, além de Florestan, Octávio Ianni também contribuiu nessa compreensão (Ianni, 1991, p.22). As "obras" "A integração do negro na sociedade de classes" de Fernandes (1965), e "Raças e classes sociais no Brasil", de Ianni (1972), destacaram-se por suas críticas ao racismo e tratavam acerca do branqueamento dos negros como forma de buscar ascensão social, embora



não tenham analisado o lugar favorecido do branco nas relações sociais (Ianni, 1972, p. 153).

A partir da década de 1970 o movimento social como um todo e o movimento negro em particular, busca reorganizar-se estabelecendo novas estratégias que não apenas as pautadas no combate e denúncias das práticas racistas. Em 1978, foi fundado o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU), que passou a estabelecer estratégias que combinavam o combate e a denúncia das práticas racistas com a apresentação de demandas nos campos da educação, saúde, segurança pública, habitação, mercado de trabalho, entre outros. “Não se concede mais o próprio negro como culpado por sua situação desprivilegiada” (Hofbauer, 1999, p. 312).

Foram muitas as campanhas ao longo da década de 1980, que atribuíram visibilidade e densidade as demandas da população negra como, a evolução do Dia Nacional da Consciência Negra em 1971, a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, entre outros bons exemplos do significado do protesto negro a partir da redemocratização.

Nesse sentido, o texto da Constituição Federal de 1988, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela cidadania e pela vida realizada em 1995, a Lei 10.639 em 2003, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) pelo governo Federal e a implementação de políticas afirmativas de direitos que foram postos visíveis a sociedade, são avanços importantes e conquistas favoráveis nesta pauta de luta ao longo das últimas décadas.

Temos a Frente Negra Brasileira (FNB), que foi a mais importante entidade do movimento negro brasileiro na primeira metade do século XX. Foi a primeira no país a mostrar uma ação coletiva, que reivindicavam demandas contra o racismo, a partir da participação política e da presença no debate nacional. Por outro lado, no campo da atuação político partidária, no século 20, não houve nenhum outro partido negro.

Outro movimento também que fez a diferença foi o Teatro Experimental Negro (TEN), que surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, como um projeto idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011), com a proposta de valorização social do negro e da cultura



afro-brasileira por meio da educação e da arte, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramaturgico, com a estética (Nascimento, 1950a, p.1).

No contexto brasileiro, tivemos, de forma inédita da história do país, um dos presidentes eleito que nomeou dois ministros de Estado identificados como afrodescendente Silvio de Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e Tamires Sampaio, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tal positividade se expandiu quando o governo Lula sancionou no dia 9 de janeiro de 2003 a lei de nº 10.639, a primeira do seu governo, que alterou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevendo no Art. 26 que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Ainda no art. 26A, registra-se a obrigatoriedade do “estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à história do Brasil”, nos currículos escolares (Souza, 2012 p.95). E, para tal, está previsto no caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988; “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)” (Brasil, 1988).

Além dessa alteração, a lei nº 10.639/03 incluiu no calendário comemorativo escolar, por meio do Art. 79 B da LDB, o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra em homenagem à Zumbi dos Palmares (Brasil, 2003). Com os avanços aos debates sobre as relações étnico-racial, especialmente, do poder público, tiveram uma conquista de uma nova alteração na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), pois no ano de 2008, agora com a aprovação da Lei nº 11.645/08, além da reafirmação da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira tornou-se obrigatório o estudo sobre história e cultura das populações indígenas (Brasil, 2008).



A Lei nº 10.639/03 foi regulamentada pelo Parecer CNE/CP 003/ 2004, e aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em março de 2004. Esse Parecer trata das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro- brasileira e Africana”, dando suporte e orientações às escolas e para os profissionais de como se preparar e providenciar a inclusão dessa lei no cotidiano escolar. Muitas iniciativas estão sendo feitas, em âmbito nacional em prol da efetiva inclusão da Lei nº 10.639/03 e do Parecer CNE/CP 003/ 2004, nos currículos escolares.

E está previsto no caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade(...)” (Brasil, 1988).

Reconhece-se a partir de então o racismo e o papel da escola na formulação e implementação de teorias antirracistas. Há um movimento de valorização da diversidade existente no país, significando, em tese, a ideia não mais hierarquizar experiências, valores, concepções, pessoas a partir de características fenotípicas e culturais atribuídas socialmente.

Por falarmos da educação para as relações étnico-raciais é uma responsabilidade de todos em prol de uma consciência humana, justa e digna que respeite o próximo. Somente nos cabe que tal fato implica entender que não devemos pré-julgar pessoas tendo como critério a raça, cor, sexualidade, gênero. Enfim, o que almejamos é simplesmente que percebamos e mereçamos, como humanos, o mesmo tratamento humanitário. As diferenças individuais é uma característica importante da sociedade brasileira “somos diversos e não há nada de errado nisso – se vivemos relações raciais, é preciso falar sobre negritude e sobre branquitude”. (Ribeiro, 2019, 30).

3.3- O Estado da Arte sobre as Questões Étnico-Raciais nos Livros Didáticos no Ensino Fundamental

O presente trabalho busca fazer uma análise das questões étnico-raciais nos livros didáticos do ensino fundamental. Houve-se a preocupação em aprofundar nossos estudos sobre o livro didático e a sua contribuição do mesmo para uso



educativo, sob o olhar formador e auxiliador do aluno e professor no ambiente escolar. Pensando na importância desses materiais na construção reflexiva dos alunos, quando se torna necessária uma análise crítica em torno de sua escolha e da forma de como serão trabalhados com os alunos, sendo materiais didáticos para uso da escola, que carregam ideologias e crenças, mas também podem trazer formas estereotipadas e preconceituosas. Com esse intuito, o estudo segue uma abordagem bibliográfica entre os principais autores que convergem com esse tema, contribuindo para questões afirmativas e construtivas para o bem comum.

O estado da arte é uma das partes mais importantes de todo o trabalho científico, uma vez que faz referência ao que já foi escrito e descoberto sobre determinado assunto pesquisado. Temos como objetivo fazer algumas considerações sobre o Estado da Arte da Educação por ser um método de pesquisa da nossa dissertação de mestrado, em que faremos a análise de conteúdos da produção científica brasileira, nos resumos, artigos entre outros, sobre as questões étnico-raciais nos livros didáticos. Nossas fontes serão os resumos disponíveis no banco de teses e dissertações (CAPES) os artigos disponíveis no *Google* acadêmico, na *Scielo*, no *Google* (internet) e revista na área das questões raciais no livro didático. Esse estudo visa analisar e identificar como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas no livro didático de história por uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental – anos iniciais.

Realizamos em nosso estudo dissertativo uma análise, um estado da arte, para analisar como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas nos livros didáticos nos anos iniciais do ensino fundamental e de que forma o livro didático auxilia o professor e seus alunos na compreensão e ao combate ao racismo, a valorizar as diferenças e a estabelecer práticas antirracistas na escola, sabendo-se que a mesma exerce um importante papel na construção de cidadãos conscientes, críticos e reflexivos para uma sociedade humana e democrática. Também, da mesma forma, analisar a partir das diferenças dentre os grupos estabelecidos, como as formas de representações aparecem nos livros didáticos, até que ponto o livro didático traz de forma humanizada e não racializada a história da cultura afrodescendente e suas raízes para as escolas, uma análise a ser feita e repensada.



A presença das questões étnico-raciais como tema relevante, demorou muito tempo a fazer parte dos debates e dos currículos na educação brasileira, tornando-se aparente e necessária após grandes lutas e reivindicações dos chamados movimentos sociais para melhores condições de vida tanto dos negros como dos indígenas. Através desses movimentos que conquistaram políticas educacionais afirmativas que alavancaram acordos positivos como a reparação histórica pelo período de colonização, escravização e violência, cujos resquícios ideológicos e discriminatórios perduram até os dias de hoje, mas, contudo, precisamos estarmos abertos para mudanças saudáveis e eliminarmos o preconceito.

Em se tratando das questões raciais, citamos o livro didático, que, por muito tempo abordam sobre esse assunto de forma estereotipada. É preciso identificar como as culturas indígenas e afro-brasileiras estão sendo representadas nos materiais que são auxiliares dos docentes e se ele é realmente capaz de subsidiar uma aprendizagem satisfatória, consciente e instigativa, proporcionando nos alunos a reflexão das diferenças e valorizando as múltiplas diversidades culturais existentes.

Analisando a história da África na sala de aula de Leila Hernandez (2005), nos traz a visão clara e abrangente da África contemporânea. Um país marcado por desigualdades, dor e lutas. Além de revelar um mundo conhecido apenas por seus estereótipos, que reúne questões polêmicas sobre o domínio dos europeus e a diversidade das tantas lutas e reivindicações até a formação dos Estados Nacionais.

O continente africano foi alvo de domínio e de desrespeito a sua cultura que, principalmente os povos europeus chegaram e se adornaram de tudo e de todos, não valorizando toda uma história construída de sacrifícios e lutas do povo africano. Os europeus impuseram a escravidão e o racismo, como tendo a cor dita “branca” sendo superior das demais. Contudo, era urgente uma mudança por parte da cultura africana, pois foram discriminados e malvistas pelos europeus, surgindo assim a necessidade de reinventar-se, a fim de manter e preservar a complexidade dinâmica cultural da própria África, considerando-se que o continente não tem povo, passado, nação, não tem história, faz-se acreditar.

Os africanos são identificados com designações apresentadas como inerentes às características fisiológicas baseadas em certa noção de etnia negra. Assim sendo, o termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo espectro de significações negativas como frouxo,



fleumático, indolente, incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo (Hernandez, 2005, p. 18).

Logo se vê a negação e o preconceito e de uma África que precisa urgentemente ser socializada. Tamanhas discriminações e preconceitos sobre a mesma e dos africanos que implica na dominação das nações europeias em relação aos países africanos. Com tantas lutas de pessoas aprisionadas de um passado inventado por outros, tendo que aceitar imposições, regras, enfim, amarrados a um presente imposto pelo supremo maior e ainda reféns de metas que lhes foram construídas por instituições internacionais que comandavam a economia, como comenta Mia Couto (2003).

Couto (2003) nos traz a visão de um continente tão pouco conhecido e cuja história é complexa e envolve uma enorme diversidade de culturas e diferentes modos de ser. Um povo guerreiro e esquecido diante das mazelas de uma realidade triste e impetuosa. E assim, a história desse continente praticamente desolado e tão sofrido faz com que não demos tanta importância e valor a ele. Mas fazem parte da nossa história e todos nós precisamos dar valor as nossas raízes, com grandiosa e vasta cultura, cabendo às escolas e os profissionais da educação, trabalhar com seus alunos e mostrar a origem da cultura africana e todos que delas se originaram e que fazem parte do nosso cotidiano escolar.

Nesse enfoque, Nascimento (2001) nos instiga numa reflexão sobre nossos próprios valores, crenças e comportamentos, sendo estes imprescindíveis para compreendermos o racismo, a discriminação e o preconceito racial na sociedade, bem como seus efeitos em nossas vidas. Porque subjugamos tanto de tal forma a magoarmos e faltar com respeito com o próximo. Tal reflexão contribui e auxilia os profissionais da educação na elaboração de estratégias a fim de enriquecer o trabalho da escola para combater práticas racistas no ambiente escolar e na sociedade em geral.

O educador que está à frente da sua turma, precisa dar visibilidade ao seu trabalho, tendo um olhar crítico e reflexivo sobre essa temática tão discutida até os dias de hoje, criando estratégias didático-pedagógicas para lidar com essa problemática, proporcionando conversas livres, onde ocorra à socialização e harmonia entre todos ali inseridos, e o professor um mediador que auxilia e orienta seus alunos



na condução de tal estudo. A escola nos mostra que o racismo se expressa de várias formas, dentre as quais estão a negação das tradições africanas e afro-brasileiras, dos nossos costumes, negação da nossa filosofia de vida, da nossa posição social no mundo, da nossa humanidade e também muito do “ser” e do “ter”, sendo que o mais importante é a pessoa que somos, nossa postura, nossos costumes e tradições, nossa personalidade para vivermos bem sem nenhum constrangimento perante a sociedade.

Em vista essas condições, são gritantes e necessárias mudanças que transformem nossos espaços educativos em espaços favoráveis para o bem comum, a justiça social e igualdade de oportunidades a todos sem distinção, com respeito, sendo um lugar adequado à formação real dos cidadãos.

Para que isso aconteça, precisamos de uma política educativa que rompa as barreiras que impedem a participação de todos, que promova a harmonia e instaure medidas emancipatórias positivas e satisfatória a toda a sociedade. Entendemos que a educação seja uma das ferramentas de luta pela democracia racial em nosso país. E para facilitar essa compreensão, cito o livro didático, enquanto material didático-escolar, é um instrumento riquíssimo de informações para que sejam vislumbradas possibilidades visíveis de desconstrução de práticas racistas, material com grandes conhecimentos e ensinamentos que compõem a nossa história.

Temos uma importante coleção, a Sankofa, que aborda as Matrizes Africanas da Cultura Brasileira e visa resgatar e atualizar o rico conteúdo de pesquisas e reflexões produzidas no contexto das atividades do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (Ipeafro). Faz-se necessária esta coleção não apenas por fazer referência aos afrodescendentes, povo sofrido e esquecido, mas destaca a herança das tradições advindas da África, para sabermos de quão rico são, que estão profundamente enraizadas em nossa cultura. Hoje os estudos africanos não atendem apenas a uma demanda exclusiva do movimento social negro, mas de toda a sociedade, tornando-se indispensáveis para o conhecimento de nossa trajetória e constituição enquanto povo, bem como para uma formação intelectual, capaz de contemplar as verdadeiras dimensões de nossa diversidade, contribuindo assim para a elaboração do pensamento contemporâneo.



Sankofa, em sua coleção Educação e Identidade Afrodescendentes de Elisa Larkin Nascimento (2001), apresenta essa coleção como uma contribuição valiosa para subsidiar o pensamento e a elaboração de medidas concretas a fim de afirmar positivamente a identidade do estudante negro, valorizando suas raízes. A autora critica a hegemonia do etnocentrismo ocidental e sobre isso revela mecanismos da dominação patriarcal e colonial. Também aborda possíveis contribuições favoráveis para a construção de uma ação pedagógica positiva que atendam nossos anseios, para o bem de todos os grupos étnicos sociais e da nação brasileira.

Numa outra instância, pensando na educação, especificamente o cotidiano escolar, temos o livro didático o qual exerce grande influência intelectual sobre a formação dos alunos. Ele aparece como um dos principais suportes pedagógicos e meios de transmissão do pensamento e comportamentos da sociedade afetando ou contribuindo para a formação do alunado. Os livros são repassados nas escolas públicas do Brasil, pelo Governo Federal através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), para serem trabalhados durante o ano nas escolas. Acerca do livro didático Silva (2001, p. 19) relata:

é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supre as suas dificuldades pedagógicas.

O livro didático aparece como um norteador, um guia para o educador e para o estudante, com conhecimentos variados, muitas vezes sendo o único acesso de informação para tantos alunos. Eles apresentam conteúdos sistematizados que fundamentam as práticas de ensino e funcionam como fonte de consulta e pesquisa, contendo imagens ilustrativas com boa visualização e entendimento.

Silva (2001) ainda enfatiza, ao analisar recorrentes acontecimentos ocorridos no espaço escolar sobre a educação antirracista, a importância da intervenção dos profissionais da educação para a organização e elaboração de estratégias que favoreçam o pleno desenvolvimento de todos ali presentes. A maioria dos docentes trabalha com o recurso do livro didático e acreditam que nele encontrarão temas e



conteúdos lícitos a sua disciplina. Sendo que ele há muito tempo é um recurso preciso e indispensável nas escolas.

Segundo a autora, devemos pensar em formas de ensino que vão além do livro didático e examinar o ambiente escolar como um lugar promissor para todos, no reconhecimento da igualdade humana para a difusão da discriminação e preconceito racial, pois são compromissos indispensáveis para um mundo melhor (Silva, 2001).

Kabengele (2005) problematiza sua preocupação com relação aos professores, deles serem confiantes, reflexivos e que abordem o tema sobre as questões raciais nos livros didáticos sem desmistificá-la. É necessário que os alunos conheçam a trajetória histórica dos negros e africanos e que a partir daí, possam formar hábitos de respeito, valorizando toda as pessoas e suas diferenças. Trata do desafio dos professores e educadores, do necessário e fundamental preparo para lidar com a problemática da convivência com a diversidade na sala de aula e das manifestações de discriminação dela resultadas que são constantes no dia a dia no ambiente escolar.

Precisamos entender que essa falta de preparo profissional, compromete profundamente o nosso papel de sermos formadores e construtores no processo de formação dos futuros cidadãos conscientes e responsáveis de amanhã.

Mediante tais argumentos, entendemos os livros didáticos como suporte, apoio e guia do professor para tornar sua aula atrativa e criativa, percebendo-o como rico de informações através de seu conteúdo e imagens ilustrativas. Até então, temos o livro didático como fonte segura e confiável, entretanto, perguntamo-nos até que ponto o livro didático nos traz e mostra a verdadeira história dos acontecimentos de que forma como tudo começou e quais ensinamentos para nós são válidos e construtivos para os dias de hoje, constando muitas vezes conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e as suas culturas. As informações contidas no livro muitas vezes são informações ocultas e que trazem diversos tipos de insinuações preconceituosas que acabam permeando no cotidiano escolar de alunos e professores nas suas relações sociais.

No entanto, alguns professores por falta desse preparo e, podemos dizer também de conhecimento e de iniciativa, acabam se contendo somente com as informações do livro didático, não sabendo explorar as várias opiniões e visões de



analisar cada assunto, cada tema, sendo que a rotina escolar é o momento adequado para discutir e conscientizar os alunos sobre a importância e a riqueza que cada cultura traz para a nossa identidade nacional. Momento único de trocas e de poder explorar o conteúdo de forma prazerosa. Com tantas diferenças e desigualdades existentes, ficamos pensando como podemos reverter essa problemática preconceituosa que prejudica tanto e machuca a verdadeira formação do cidadão e a participar de uma educação igualitária, de qualidade e responsável de todos os alunos, tendo um olhar especial aos grupos étnico-raciais, sendo eles as grandes vítimas de tamanhos preconceitos e discriminações nesse cenário de desigualdades.

Partindo desse pressuposto, temos a educação e acreditamos que ela é sim o caminho para desconstruir toda a forma de pensar e analisar os fatos discriminatórios que afetam o meio escolar e a escola por sua vez, é capaz de oferecer ao seu alunado, possibilidades de novas atitudes, novos olhares, novos conceitos sobre essas questões que desmerecem e desvalorizam as pessoas por atitudes e mitos de inferioridade e superioridade, como se isso fosse o mais importante. Muitas vezes isso acontece porque muitos de nós crescemos com essa cultura racista pelos meios de convívio e socialização e nada foi feito para refletir sobre tal ato. Então, cabem aos educadores e a cada um de nós individualmente o esforço e engajamento necessário na realização dessa imensa e árdua tarefa de combater o racismo e demais práticas antirracistas e discriminatórias. Sabemos que a educação escolar sozinha não consegue tudo, mas exerce um papel fundamental e preciso nesse processo de internalização e práticas de ensino.

Silva (2000) nos fala das versões didáticas como parte integrante dos currículos, pois é durante a escolarização que a maioria das pessoas tiveram acesso e o conhecimento dos diferentes povos e suas culturas, tidas assim como suporte e base o livro didático como fontes importantes de informações sobre as populações indígenas, nos embasando nesses conteúdos que falam da nossa história, nos fazendo viajar em acontecimentos que marcaram épocas, trazendo a trajetória de um povo guerreiro e lutador. No século XIX nas primeiras décadas desde o seu surgimento e até os dias de hoje, a disciplina de história juntamente com as demais disciplinas são fundamentais para o conhecimento e entendimento de parte da nossa história pouco vista e tem influenciado fortemente a consolidação das representações



sobre os povos indígenas através dos textos e da iconografia reproduzidas nas páginas dos manuais escolares. A história ensinada na escola era e ainda é narrada em termos e mitos nacionais e étnicos e das tradições políticas da nação brasileira inventada durante o oitocentos.

Esses estudos nos livros didáticos querem nos mostrar que esses textos, apresentaram ao público escolar análises sobre a história indígena tal como tem sido ensinado nos livros manuais escolares e currículos nas últimas duas décadas, revendo noções e conceitos já criticados pelos pesquisadores das ciências humanas, tendo-se a preocupação como questão indígena na sala de aula, sugerindo possibilidades de trabalhos com a temática indígenas na sala de aula, bastante afinadas com as revisões bibliográficas dos últimos anos.

Segundo Freitas e Jesus (2011) chegaram à conclusão na década de 50, que as pesquisas sobre a representação dos negros nos livros didáticos foram analisadas onde:

O livro didático vem sendo utilizado como sustentação para a discriminação racial... e estes livros passam a ser para os alunos um legitimador de "verdades" frequentemente concebidas a partir de visões distorcidas em torno dos seres humanos e das relações que estabelece entre si e entre o grupo (Freitas, 2011).

Partindo dos estudos relacionados ao livro didático e aos preconceitos existentes no espaço escolar, percebeu-se a necessidade por parte das instituições escolares em trabalhar diferentes temas, situações e realidades, a fim de combater as desigualdades raciais e as demais adversidades que venham a sofrer por preconceitos e discriminações no ambiente escolar e, através do livro didático nos mostrando temas que abordam acontecimentos reais das sociedades indígenas na história, na cultura e na literatura brasileira e dos recursos didáticos para os professores, instruírem seus alunos a temas importantes não ofuscando a verdade e não sustentando preconceitos através do livro didático.

Ana Célia da Silva (2000) investiga os estereótipos e preconceitos em relação ao negro nos livros didáticos de Comunicação e Expressão do 1º grau, nível I, como instrumento de transmissão de uma ideologia de inferiorização que objetiva dominar dividir e eliminar, racial e culturalmente o negro através do branqueamento e da desculturalização. Sob esse olhar, faz-nos refletir e pensar sobre os trabalhos



realizados nos livros didáticos, procurarmos identificar como os professores percebem os preconceitos e estereótipos contidos nos livros, bem como seu papel de mediador do conhecimento para seus alunos.

Nesse sentido, em uma sociedade pluricultural como a brasileira, o sistema de ensino privilegia a cultura branca com o objetivo de promover a desculturação e o branqueamento, sendo que desculturar significa um processo consciente de desagregação cultural de um determinado grupo, com fins de exploração econômica, política e social e está ligada toda forma de exploração colonial. Com isso, a cor branca era superior, garantindo padrões mais elevados, impondo seu padrão, seus costumes, seus valores, sua cultura, como se fossem os únicos corretos e verdadeiros, através de um processo de inferiorização dos padrões, valores culturas e histórias dos grupos dominados, levá-los a assumir papéis dos brancos como meio de aceitação social. Mas o branqueado continua ainda como sendo o desigual, o diferente., não assumindo sua real forma.

Pensamos a escola como sendo uma instituição formal e de valores, que representa concretamente junto ao seu povo, sendo os sistemas de ensino, eles não são apenas a reprodutora dos valores e ideologias hegemônicos, mas um espaço que transmita conhecimentos e informações do povo oprimido, sendo ela um ambiente para a transformação social.

E por mais uma vez comentar o papel do livro didático presente na sala de aula cotidianamente, como um instrumento de transformação da ideologia da classe dominante, contribuindo com a aprendizagem dos alunos, cabendo ao educador mediar os conteúdos sendo o construtor, tendo um olhar crítico e reflexivo ao que o livro nos fala. Muitas vezes, o professor tem dificuldade em interpretar o que o livro nos quer dizer, e o que acaba reproduzindo inconscientemente e concorda com o que nele está escrito.

Faria (1984) também vê o livro didático como sendo difusor de preconceitos conforme como se refere ao índio, a mulher, o caboclo, entre outros. Vistos que o negro é apresentado sob estereótipos negativos, sua figura nos livros didáticos é degradante sendo exposta em situações difíceis e profissões consideradas humilhantes e inferiores. O autor corrobora essa afirmativa quando diz que:



O homem branco adulto proveniente dos estratos médios e superiores da população é o representante da espécie mais freqüente nas estórias, aquele que recebe um nome próprio, aquele que se reveste da condição de normal (Rosenberg, 1985, p.77).

No livro didático, ainda, o negro é apresentado como minoria, as causas de miséria, pobreza são mostradas como produtos de inferioridade. Logo, fazem-nos pensar que essas ideologias formam as bases teóricas dos estereótipos com que são representados e percebidos no nosso dia a dia, em nossa sociedade em geral, que são os oprimidos, cito; o índio, o negro, o mestiço, a mulher, o pobre, outros.

Segundo Luz (1983), os estereótipos justificam a exploração e a opressão pelo índice do imaginário de superioridade de um determinado grupo humano sobre o outro, isto é, fantasiando e desprezando suas reais origens, recalçando todo o processo histórico que engendrou essa determinada situação. Falar dos acontecimentos passados, dos primeiros habitantes e tudo mais, requer cuidado e resiliência. Muitas vezes, esses percalços nos são acometidos por meio de como esses mecanismos de estudos chegam até a escola e repassados aos educadores. Essa veiculação por meios ideológicos dos materiais didáticos, que são fornecidos pelos órgãos educativos, que vêm para as escolas para serem trabalhados, o professor precisa ter um olhar de humanidade, pois percebemos o quanto o livro didático traz para o ambiente escolar, sendo um dos principais agentes de conhecimentos das ideologias da classe dominante. E ao analisarmos os sistemas de ensino brasileiros e a escola como um dos aparelhos responsáveis pela transmissão de ideologias e valores da classe hegemônica, necessita trabalhar o livro didático com transparência e legitimação dos fatos.

Pensando nessa problemática, o Ministério da Educação, ao instituir os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), constatamos que esse documento já nos dá uma indicação nos trabalhos com o ensino dos africanos, que está no art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação.

Para melhor compreensão, os documentos têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica



do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática, igualitária e humanizada, introduzindo neles o que chamou de Temas Transversais, que buscam caminhos apropriados e eficazes para lutar contra os diversos tipos de preconceitos e de comportamentos discriminatórios na escola e sociedade, que prejudicam a construção de uma sociedade plural, democrática e construtora de hábitos saudáveis a todos nós. E deixou a cargo dos próprios educadores a liberdade de incrementar o conteúdo desses temas transversais, baseando-se na sua experiência profissional e na necessidade da realidade do dia a dia na escola, fazendo com que todos interagem com satisfação e respeito.

Vimos nessa pesquisa que racismo também é veiculado na escola através do livro didático, que é o instrumento de dominação de um sistema que reflete o passado e que precisa mobilizar mudanças no presente. Precisamos rever esses conteúdos, novas formas para contarmos a nossas crianças, a verdadeira história das nossas raízes, nossa cultura, sem que nenhum povo ou nação seja tratado com desrespeito e inferioridade. Todos somos seres humanos e filhos de Deus.

Diante desses embates, com o passar dos anos, a escritora Ana Célia da Silva (2000) observou em pesquisas a necessidade de mudanças em relação aos conteúdos e linguagem da forma que se fala do negro nos livros didáticos, a representação social dos afrodescendentes citado nos livros didáticos analisados pela autora do trabalho, já com novas características, mostra-nos o negro já humanizado, arrumado, limpo, forma feliz, com direitos de cidadania. Um jeito honesto e respeitoso, como sendo uma pessoa igual as outras, independentemente de sua cor. Depois de muitas trajetórias e lutas, questiona-se ainda até que ponto e quais motivos e fatores que levaram para acontecer essa mudança a sua forma e imagem, e a esses atributos de humanidade e cidadania, são reconhecidos, valorizados nos grupos afrodescendentes que se originam do reconhecimento e aceitação das suas diferenças étnico-culturais e raciais? Ou seria simplesmente uma forma de amenizar tanta discriminação incluindo-os de forma harmoniosa nos livros didáticos? Se tudo fosse como deveria ser, um aceitando o outro com suas características próprias, e que a diversidade é valiosa e vasta, não precisaria existir esse problema de preconceito e injúrias.



A representação humanizada nos livros didáticos analisados foi analisada importante para a criança negra para a sua construção de sua autoestima e identidade étnico-racial, uma vez que ela se identifica com a representação e que não é real, está vendo no livro, passando a ver-se através dela, de forma positiva e aproximada do real que desenvolve na criança um sentido de existência, de positividade, de pertença às suas origens e categorias de ser humano e cidadão.

Ao reconhecer-se e ser visibilizada, a criança desenvolve o amor e empatia ao seu semelhante. Também as crianças de outras raças e etnias começam a ver a criança negra sem os estigmas de inferioridade, passando a reconhecer suas diferenças sem hierarquia, respeitando-a e interagindo no convívio. A diversidade de experiências da vida cotidiana dos personagens afros ilustrados nos livros, bem como as diferentes manifestações culturais que permeiam o seu dia a dia, não estão contempladas na representação que equaliza o indivíduo, os grupos sociais étnicos, culturais e raciais ao cotidiano, experiências de cultura do grupo dominante na sociedade. Cabe analisarmos como cada tema traz seu conteúdo, fazendo jus a veracidade dos fatos. Portanto, enquanto cidadão abstrato que o personagem negro se faz presente na apresentação em currículos escolares, materiais pedagógicos e especificamente no livro didático que invisibiliza o cidadão concreto, com suas diferenças e contradições. Procuramos então não mascarar o negro e sim dar ênfase as vitórias conquistadas por eles.

Por outro lado, quando os ilustradores representam o negro assimilado podem estar projetando os objetos da sua consciência, transformando o outro em igual a si, pelo temor a alteridade e a convivência com a diferença. Sobre o movimento negro mostrado aqui nessa pesquisa como determinante de transformação e contribui muito e em grande parte para explicitar o racismo na sociedade brasileira, reivindicações e introduzir nos seus sistemas de ensino a pluralidade cultural, mesmo que ainda como tema transversal, uma ação motivadora para reconstruir a história e a cultura do povo da África e do Brasil, juntamente alunos e professores resgatando a identidade étnico-racial, a autoestima, o autoconceito e a organização política do negro.

Nesse sentido, destaca-se a determinante transformação e a identificação da convivência sendo estigmatizada de grande importância no trabalho de formação de



professores para que as diferenças fenotípicas e culturais possam ser vistas sem desigualdades e hierarquias, contribuindo para o bem comum. Além dos estudos sobre desigualdade, exclusão, inclusão, os estudos antropológicos da origem do homem, das ideologias do recalque, do etnocentrismo e da relativização bem como o processo civilizatório dos diferentes povos que constituem a nação. Para que a aceitação seja efetiva, todos devem estar comprometidos com práticas de incentivo e atitudes antirracistas. Esses estudos de formação facilitarão a identificação e desconstrução dos mecanismos ideológicos construídos cotidianamente para transformar o “outro” em algo desumano e apartado da nossa convivência, bem como para o reconhecimento da sua contribuição socioeconômica e cultural para a nossa sociedade.

Desconstruir os objetos de recalque contidos na representação social do negro e de outros grupos inferiorizados vai concorrer para que esses outros sejam vistos em suas capacidades humanas e de cidadania, serão reconstruídas nos outros grupos a sentimentos de respeito e solidariedade e interação com esses grupos subalternos com fins ideológicos de controle social. Haverá uma unidade entre esses grupos independentemente de cor da pele, gênero, da sua diferença ou condição, e é aí que poderemos pensar em um projeto de sociedade onde a maioria organizada se constituirá de direito de fato, sendo uma instituição verdadeiramente gestora nos órgãos educativos sem retaliações e exclusão de minorias.



4- NO PENSAR, NO FALAR E NO AGIR: Análise e Discussão dos Dados

Ser diferente é igual no mundo da diversidade. O olhar é singular a mesma é a oportunidade de ser feliz, de amar, nada nem ninguém é normal o bom é estar, se manifestar. Ser diferente é igual só assim faremos a diferença e tudo será mais legal.
Luciano Spagnol (2009)

Nesse capítulo, buscamos compreender as concepções vinculadas às relações étnico-raciais a partir da análise do livro didático de uma turma do 5ºano do ensino fundamental de uma escola pública estadual do município de Itaqui- RS, bem como dos documentos municipais e estaduais para compor nosso estudo sobre o referido tema.

Cellard (2008, p. 301) nos lembra de que “é importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida”. Destaca a importância do pesquisador de não se esquecer de ver a procedência e legitimação dos documentos a serem analisados.

A realização de análise de dados pode ser definida como “categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados e tem por objetivo reduzir grandes quantidades de dados brutos a uma forma interpretável e mensurável” (Kerlinger, 1980, p. 353).

Nesse sentido, mediante a produção de dados analisados, refletiremos acerca das questões raciais no ambiente escolar, especialmente no livro didático do quinto ano, escolhido para esse estudo, suas contribuições, bem como as normas legais que amparam essas diversidades.

4.1- Análise do Livro Didático de História da Coleção Àpis

Figura 1: Capa do livro de História



Fonte: Coleção Ápis Manual do Professor 5º ano, 2017.

O livro da coleção Ápis, aborda conteúdos fundamentais de acordo com a BNCC, para o 5º ano do Ensino Fundamental I. Nesses conteúdos, contém o pensar histórico, a abordagem das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, os temas transversais, os documentos e patrimônios históricos. Essa coleção nos mostra o quanto essas aprendizagens são significativas e essenciais para que o aluno possa aprender e consolidar seus conhecimentos conforme consta na BNCC referente às relações étnico-raciais. Estão presentes as autoras Charlier, Nigro, Simielle (2017, p.7) destacam que devem ser aprendidos segundo uma “formação humana integral e à capacitação para construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, valorizando a diversidade cultural e o respeito às diferenças”.

Relatam ainda que, o Brasil, por ser um país de grandes desigualdades sociais e diferenças culturais, precisa de um sistema educacional que ofereça conteúdos adaptados para cada realidade, sem deixar de lado a equidade na educação. Ademais, mostram que as instituições escolares também devem se manter abertas à pluralidade e à diversidade, a fim de garantir aprendizagem a todos, minimizando o histórico processo de exclusão social no país, que prejudicam e afetam a moral e integridade humana de muitos de nossos cidadãos (Charlier; Nigro; Simielle, 2017).

Para atender os conteúdos referidos, o livro está organizado em Unidades de Ensino. Cada unidade é composta por 2 capítulos, sendo 4 unidades e 8 capítulos no total. Cada unidade é representada por uma figura junto a questões norteadoras para



a introdução do conteúdo proposto ao longo dos capítulos constituídos por: textos, atividades, sugestões para pesquisas e projetos, desafios, glossário, proposta interdisciplinar e fontes históricas imagéticas; encerrando com exercícios de fixação.

A questão em análise da diversidade étnico-racial tem como foco principal de estudo os princípios étnicos de igualdade, tolerância, respeito e boa convivência entre as pessoas e os povos da época. O estudo da formação social e cultural do Brasil, traz a contribuição dos povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos e, permite que os alunos compreendam o “nós” como formadores e construtores do nosso país e da nossa história alavancando saberes.

Dos conteúdos propostos no livro didático, foram escolhidos para nossas análises os referentes às Unidade I “Os povos e as Culturas” e Unidade 2 “A formação da cidadania”, posto que abordam especificamente o tema investigado.

Na Unidade 1, intitulada “Os povos e as Culturas”, capítulo 1, o livro apresenta os seguintes conteúdos:

- “A formação dos primeiros Povos” na página 10;
- “Os seres humanos vieram da África”, na página 11;
- “Organizar-se para viver bem” na página 21.

Na mesma Unidade, no capítulo 2, os seguintes conteúdos:

- “Os Povos e religiões na p.28;
- “A religião e a cultura” p. 29;
- “Tradições religiosas e culturais” p. 38.

Na Unidade 2, intitulada “A formação da cidadania” (p.50), apresenta os seguintes conteúdos referente ao capítulo 3:

- “Respeitar quem é diferente” p. 52;
- “A diversidade cultural” p. 53;
- “Os princípios do respeito aos outros”, p. 64.

Ainda na unidade 2, no capítulo 4, o núcleo de reflexão destaca os seguintes conteúdos:

- “Lutar pela cidadania” (p. 70);

- “Os direitos e os deveres” (p. 71);
- “A conquista dos direitos no Brasil” (p. 79).

Figura 2: A ilustração mostra crianças observando pinturas rupestres em um sítio arqueológico.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.8, 2017.

É importante destacar que na Unidade 1, o capítulo 1 visa tratar da formação dos primeiros os povos. Enquanto que o capítulo 2, da mesma unidade, refere-se aos povos e religiões, o papel das religiões para a formação cultural dos povos no passado e na atualidade. Gomes (2013, p. 72) entende que:

Essa revisão histórica do nosso passado e o estudo da participação da população negra brasileira no presente poderão contribuir também na superação de preconceitos arraigados em nosso imaginário social que tendem a tratar a cultura negra e africana como exóticas e/ou fadadas ao sofrimento e à miséria.

Ao estudar a formação de povos e culturas de outros tempos e lugares, espera-se que reconheçamos os aspectos dos grupos sociais em que vivem e o lugar que ocupam no mundo, ao mesmo tempo, aprendamos as condições essenciais para a cidadania, compreendendo como se desenvolvem as organizações sociais e políticas e o papel das religiões e da cultura para formação e construção dos povos, valorizando e reconhecendo suas raízes, fortalecendo boas práticas de convivência e respeito às culturas, como forma de cultivar seus valores.

Na Unidade I, o livro aborda o tema a formação dos primeiros povos que nos

mostra os aspectos fundamentais para o desenvolvimento da humanidade, sua expansão pelos continentes, a formação dos primeiros povos, levando-os a se identificar com o seu grupo social e a adquirir valores de cidadania e noções de organização social e política. Especialistas afirmam que os primeiros seres humanos surgiram há cerca de 200 mil anos na África e eles não tinham território fixo e se mudavam constantemente, ou seja, eram nômades e viviam da caça, pesca e de vegetais. No guia do manual do professor, constam como objetivos: analisar diferentes experiências de ocupação do espaço por povos ao longo do tempo; refletir sobre a importância da participação política na organização das sociedades humanas. As habilidades EF05HI01 e EF05HI04 da BNCC foram contemplados nesses textos.

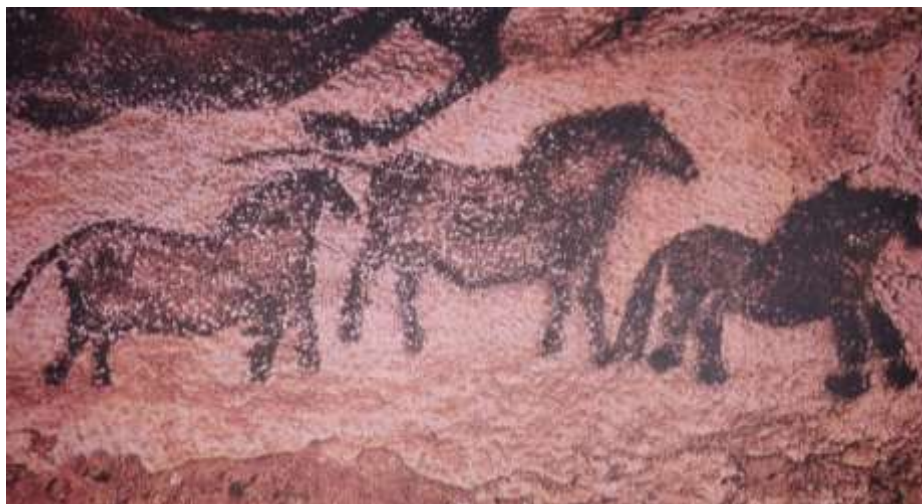
As figuras a seguir 3 e 4 apresentam como se deu a descoberta das pinturas rupestres.

Figura 3: Pinturas rupestres



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.15, 2017.

Figura 4: Pintura rupestre de cavalos selvagens em parede de caverna, cerca de 17mil anos atrás, em Lascaux, França.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.16, 2017.

O capítulo articula a descendência dos indígenas que viviam no território que hoje é considerado o Brasil com descendentes de povos que foram escravizados. Analisar e interpretar as imagens, a sua relação com o tempo e o espaço e as relações sociais que as geraram é fundamental para o exercício de construção do saber histórico, cultural, fazendo com que conheçamos quão ricos somos ao conhecer nosso passado. Em conformidade com o texto na p. 15, afirma que “Durante o processo de expansão pelo planeta, os grupos humanos desenvolveram técnicas para desenhar imagens nas paredes de cavernas e rochas, então chamadas de pinturas rupestres”.

Até os dias de hoje muitas dessas pinturas são encontradas em sítios arqueológicos pelo mundo. Pesquisadores acreditam que essas pinturas sejam também os primeiros sinais de crenças religiosas dos seres humanos. Algumas pinturas rupestres datam cerca de 20 mil ou 30 mil anos atrás, e podemos encontrar no Parque da Serra da Capivara, no estado do Piauí. Os sítios arqueológicos permitem os estudos acerca dos primeiros habitantes do Brasil.

Um exemplo de organização política dos povos indígenas no Brasil está na figura 5, onde o território em que hoje está o Brasil, antes da chegada dos europeus, os indígenas procuraram organizar-se e desenvolveram sua vida social de forma bem organizada e variada. Em alguns povos os chefes das famílias se reuniam e tomavam as decisões no coletivo e enquanto em outros grupos havia o cacique que era governante.

Figura 5: As lideranças Kaiapós se encontram na aldeia Mojkarako para reunião.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.24, 2017.

Partindo para o capítulo 2 do livro, intitulado “Povos e religiões” no tema “A religião e a cultura”, mostra que existem muitas religiões diferentes em nosso mundo e essa diversidade mostra a importância das crenças religiosas para grande parte das pessoas.

As religiões influenciam a formação e a cultura dos povos, orientando seus adeptos no modo de viver, comer, pensar, entre outros aspectos e todos precisam ser respeitadas.

Os portugueses ao colonizar o Brasil, introduziram no país a religião cristã, e começaram a cristianizar os indígenas e depois os negros escravizados, que tinham crenças religiosas diferentes. Por exemplo, as religiões brasileiras têm o espiritismo e as religiões afro-brasileiras (umbanda e candomblé), o budismo, o judaísmo e o islamismo. Tendo em vista o respeito e reflexão sobre a importância da tolerância religiosa e a diversidade social.

Hoje, no Brasil diversas religiões são praticadas por muitas pessoas. Vejamos na figura 6, a primeira missa rezada no Brasil.

Figura 6: A primeira missa no Brasil, de Victor Meirelles, 1861.



Fonte: Livro da coleção *Àpis* do 5º ano do Ensino Fundamental, p.29, 2017.

A figura acima nos faz refletir qual a importância de estudarmos e respeitarmos todas as religiões existentes e analisarmos o papel das religiões para a formação cultural dos povos no passado e na atualidade e o que mudou. Devemos estimular uma reflexão crítica sobre o processo de modificação e construção do indivíduo e a imposição cultural e religiosa realizada no período colonial em nosso país. Identificá-lo como parte importante da constituição dos grupos sociais e culturais envolvidos nesse processo. Isso nos auxiliará na formação do pensar histórico e, por conseguinte, na conscientização como sujeito histórico e integrante de uma sociedade.

A figura 7 nos mostra como o povo africano ioruba começou a se desenvolver na África, que também tinham seu modo de explicar a origem do mundo, como está na leitura do pequeno texto da p. 33, seguido das habilidades e objetivos da BNCC, que trabalha mitos da criação do mundo.

[...] antes do início dos tempos, Olorum, o Ser Supremo, já habitava a eternidade. Ele vivia só, e tudo à sua volta era igual, sem diversidade e sem movimento. Acabou se cansando de tanto nada, [...] e decidiu fazer um mundo onde seu olhar pudesse pousar a cada instante numa coisa diferente. Queria que tudo se movesse e se transformasse. [...] Olorum criou orixás e atribuiu a cada um deles um de seus poderes, para que juntos governassem o mundo em seu nome. (Prandi; Reginaldo, 2007, p.33).

A história nos mostra a intervenção dos deuses e de seres com poderes mágicos na criação do mundo e dos seres vivos. Ainda hoje, no Brasil, há

comunidades consideradas iorubas. O dialeto ioruba é usado aqui principalmente nos rituais do candomblé.

Figura 7: CONTOS E LENDAS AFRO-BRASILEIROS: a criação do mundo, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.33, 2017.

Para darmos sequência, partiremos para análise da Unidade 2, cuja capa refere-se a figura 8:

Figura 8: A ilustração mostra crianças ajudando a conservar uma área pública, noções de cidadania e respeito



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.50, 2017.

Na Unidade 2, capítulo 3, a sessão “Respeitar as diferenças”, faz- nos refletir e analisar sobre o processo de luta de diferentes grupos sociais pela conquista dos



direitos de cidadania, a comparar aspectos da cultura indígena, africana e europeia, que ajudam a entender a formação da cultura brasileira, reconhecendo e respeitando as diversidades culturais, sociais e históricas de um povo. Corroboramos com Gomes (2013, p. 72) quando afirma que o

Maior conhecimento das nossas raízes africanas e da participação do povo negro na construção das sociedades brasileiras haverá de nos ajudar na superação de mitos que discursam sobre a suposta indolência do africano escravizado e a visão desse como selvagem e incivilizado.

Podemos entender que as pessoas no Brasil e no mundo são muito diferentes, hábitos e costumes variam por muitos motivos, como por exemplo, o país que as pessoas moram, religião, a história de vida de cada um, a origem da família, entre muitos outros, diante de todas essas diferenças, devemos respeitar as diversas culturas e personalidades.

Quando diferentes culturas convivem, os resultados podem ser tanto conflitos quanto de novas tradições. Ao falarmos das diversidades, das relações étnico-raciais culturais, é resultante da trajetória dos povos e de suas relações com a natureza local e sua realidade, levando-nos a reconhecer que a convivência de culturas gerou conflitos, contradições, assimilações, permanências e mudanças nas sociedades.

Figura 9: Crianças refugiadas em aula de inglês na escola de voluntariado na ilha de Chios, na Grécia, em 2016.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.52, 2017.

Sabemos das lutas e movimentos que aconteceram e ainda acontecem para amenizar as desigualdades e o preconceito existente na nossa sociedade, então estudar o processo de formação da cultura de um povo é uma maneira de estimular o

respeito pela diversidade, já que é possível entender como toda cultura foi resultado de diversos processos históricos e de relação entre diferentes povos ao longo do tempo. Entende-se que “O principal alvo da educação antirracista é a construção de uma sociedade mais digna e democrática para todos, que reconheça e respeite a diversidade” (Gomes, 2013, p. 87).

Refletir sobre as diversidades, é possível entender que as culturas não são fatos naturais ou que sempre existiram, mas que estão sempre se transformando para compreensão da sociedade e isso auxilia na conscientização da importância de estar sempre aberto a diálogo com todos aqueles que pensam ou agem de forma diferente, propiciando novas trocas culturais e enriquecimento das tradições sociais nas quais estamos inseridos.

A próxima figura que está na p. 56 do livro, retrata a divisão do trabalho e a organização social nas aldeias indígenas. O conteúdo do livro pretende levar os alunos a identificarem as culturas indígenas, relacionando-as ao espaço onde estão inseridas, contemplando as habilidades EF05HI01, EFO5HI02, EF05HI03 da BNCC.

Figura 10: Os hábitos culturais indígenas. Gravura representando dança tupinambá feita por Théodore de Bry no século XVI.



Fonte: Livro da coleção Âpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.56, 2017.

Na figura acima nos mostra os hábitos culturais indígenas que causaram estranhamento nos europeus, sendo um exemplo disso à dança praticada pelos Tupinambás, que viviam no litoral do Brasil antes da chegada dos europeus.

Partindo para a Unidade II, na p. 64 do livro didático, essa unidade aborda os princípios de respeito e humanidade aos outros. Ao estudar a questão da diversidade cultural ao longo do tempo, é possível entender que a história humana é marcada pela formação de experiências culturais e sociais extremamente variadas. Deve-se destacar a importância de valorizar as diferenças sendo uma pessoa que cative e promova a paz, buscando refletir positivamente sobre a diversidade cultural no presente e nos espaços em que convivemos na sociedade. A obra de Norman Rockwell defende a ideia de que devemos tratar os outros da mesma maneira que gostaríamos que nos tratassem. Assim, devemos respeitar as demais culturas, já que esperamos que a nossa cultura também seja respeitada.

Figura 11: A regra de ouro, de Norman Rockwell, 1961.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.64, 2017.

Refletindo ainda sobre esta figura, da página 64, os alunos são incentivados a compreender que esse encontro nem sempre foi amistoso por ser fruto de uma visão de mundo que hoje não se pode mais aceitar, ou seja, de um grupo fazer prevalecer sua cultura e organização social sobre os outros forçosamente. Ao estudar a questão da diversidade cultural ao longo do tempo, é possível entender que a história humana é marcada pela formação de experiências culturais, desafios e construções de vida.

Falando dos princípios do respeito aos outros, da vinda dos portugueses para o Brasil, os povos indígenas e os escravizados africanos sofreram violências severas provocadas pelos portugueses, atitudes insanas de desrespeito e de certa propriedade sobre eles. Uma das justificativas para essa violência era a necessidade de cristianizar africanos e indígenas, com os portugueses buscando impor sua cultura.

A intolerância com as outras culturas não ocorreu apenas no passado.



Atualmente, há muitos exemplos de preconceito racial e religioso no Brasil. Para melhorar a convivência, é importante adotar medidas cautelosas para que sempre haja respeito às diferentes práticas, crenças e culturas.

Esse movimento reflexivo nos permite entender que “outros”, os diferentes, muitas vezes estão perto de nós, e mesmo dentro de nós, mas não estamos acostumados a vê-los, ouvi-los, reconhecê-los, valorizá-los e interagir com eles (Candau, 2013, p. 31).

E, por fim o capítulo 4, da Unidade II analisado, trata sobre a Luta pela cidadania, dos direitos e os deveres e ainda da conquista dos direitos no Brasil. Tendo por objetivos neste capítulo, identifica a origem do conceito de cidadania na democracia grega, conhecer momentos importantes da luta pela ampliação da cidadania a longo do tempo, reflete sobre a importância dos direitos e dos deveres dos cidadãos para a vida em sociedade e analisa o processo de conquista da cidadania no Brasil ao longo do tempo.

A figura a seguir mostra crianças trabalhando, pois precisavam trabalhar, eram pobres, não frequentavam a escola e o trabalho infantil era empregado até em atividades perigosas ou que prejudicassem sua saúde.

A discriminação racial dentro das instituições educacionais excluía constantemente as crianças e dificultava o seu acesso a uma genuína e progressiva educação social e cultural.

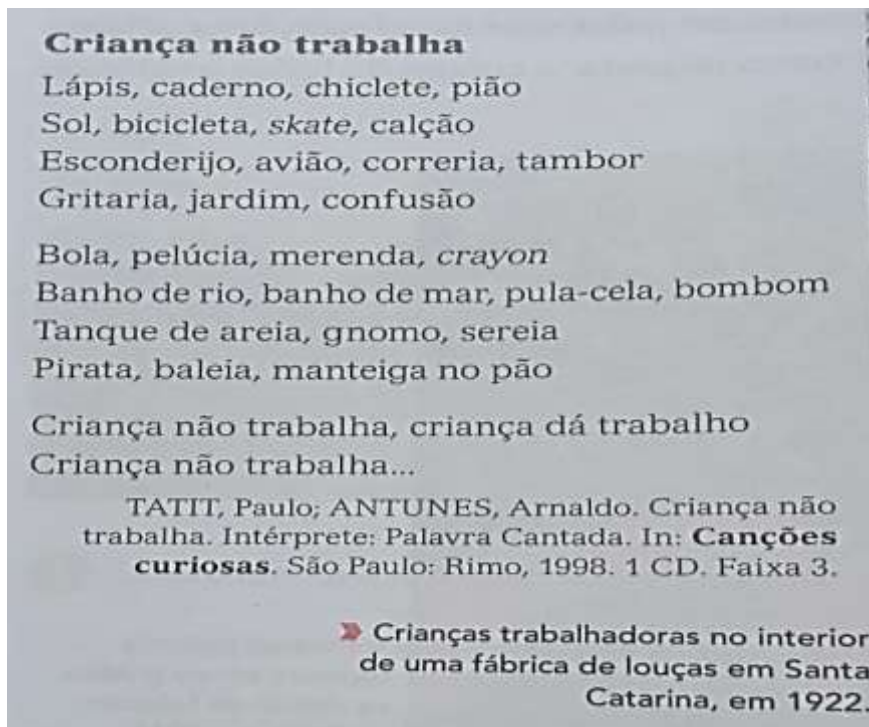
No Brasil, os dados de trabalho infantil, mostram que as crianças negras representam 62,7% da mão de obra precoce no país. E, ainda quando se trata de trabalho infantil doméstico, esse índice se eleva para 73,5% sendo de meninas mais de 94%. (FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL / FNPETI, 2017).

Muitas famílias negras até nos dias de hoje ainda, muitas delas vivem à mercê na sociedade, sofrendo constantemente discriminações raciais, tendo por consequência o desemprego, a fome, a miséria e por conta disso, muitas vezes, as crianças negras fazem o papel dos adultos, tendo que trazer o sustento para suas famílias.



A página 70 nos mostra a letra da canção: Criança não trabalha, seguido da imagem:

Figura 12: Canções curiosas, São Paulo: Rimo, 1998. 1 CD. Faixa 3.

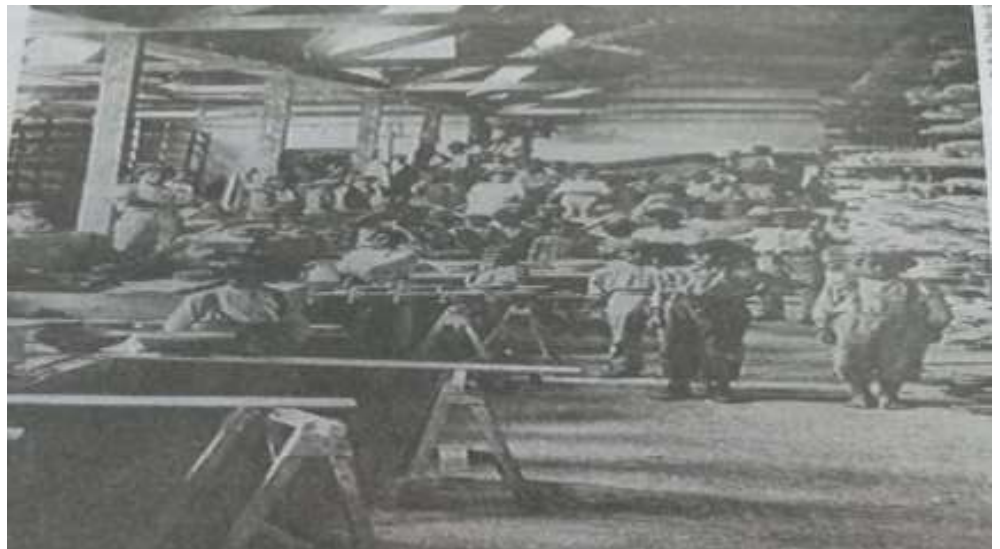


Fonte: Livro da coleção Ápis do 5º ano do Ensino Fundamental, p. 70, 2017.

A canção acima significa que as crianças não devem trabalhar, e sim, serem crianças como por seu direito, devem brincar, receber cuidados e proteção. Por isso, pode-se dizer que a criança dá trabalho aos adultos, e estes devem agir para garantir o bem estar delas com todo carinho e comprometimento.

Atualmente, isso é proibido no país e é direito de toda a criança a não trabalhar e sim estudar, brincar, ser feliz, viver e ser o que lhe é de direito. Muitas crianças ajudam seus pais em casa em pequenas tarefas diárias, faz bem para sua formação, crescimento e a terem hábitos de compromisso e responsabilidades desde cedo, mas isso é preciso que toda a criança frequente a escola.

Figura 13: Crianças trabalhadoras no interior de uma fábrica de louças em Santa Catarina, em 1922.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.70, 2017.

A figura abaixo nos mostra que foi apenas a partir do final do século XVIII que homens e mulheres passaram a lutar para criar uma sociedade em que todos possuísem os mesmos direitos.

Figura 14: Angela Merkel, discurso no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, na França, em 2015.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.71, 2017.

Falando dos direitos e dos deveres, na maior parte dos países, ser cidadão significa ter uma nacionalidade e possuir direitos e deveres. Entre os direitos, está o de participar das decisões tomadas no país. Mas essa ideia de cidadania não existiu sempre, ela surgiu na Grécia antiga, em Atenas, no final do século VI a. C., na Antiguidade.

Analisando o processo de organização da democracia é uma maneira de



abordar a importância das lutas pela igualdade e pela participação de todos na política, pois devemos sempre lutar por nossos direitos, pelos valores da democracia e o direito de participar da vida em sociedade, nas decisões a serem tomadas.

O negro sempre foi importante para o desenvolvimento social e econômico do país porque sempre esteve presente em todos os ciclos exploratórios pelos quais o país passou. Nesse sentido, de caráter estrutural e sistematizado, a desigualdade racial no Brasil é inquestionável e persiste devido à fragilidade de políticas públicas para o seu enfrentamento. Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enquanto os pretos e pardos representam 55,7% da população em 2022, a proporção deste grupo entre todos os brasileiros abaixo da linha de pobreza era de 70,3% ante a fração de brancos é de 28,7%. Quando olhamos os números de extrema pobreza, a discrepância fica ainda maior: 73% são negros e 26% brancos. (IBGE, 2023).

Na educação, essa desigualdade é evidente e o combate a ela é indispensável para qualquer mudança, para darmos fim à evasão escolar e as discriminações recorrentes no ambiente da escola e sociedade em geral, de modo a pensarmos que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária.

No Brasil, para explorarmos um pouco a questão da diferença entre homens e mulheres na política brasileira é possível observarmos que as mulheres ainda são a minoria nos poderes no Brasil, vistos que é importante ressaltar que somente com a igualdade entre homens e mulheres na política será possível construir efetivamente uma sociedade justa e equilibrada.

E, nessa ideia de que todos têm direitos, na p. 73, os franceses em 1789, lutaram para que todos os cidadãos do país tivessem os mesmos direitos, e, como resultado disso, foi a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, hoje considerada um documento histórico importante.

Figura 15: Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de Jean-Jacques Le Barbier, 1789.



Fonte: Livro da coleção *Âpis* do 5º ano do Ensino Fundamental, p.73, 2017.

Em busca de valorização e reconhecimento, no Brasil, os cidadãos têm um conjunto de direitos garantidos por leis que asseguram todo trabalhador, mas, contudo, entre os séculos XIX e XX, muitas pessoas continuaram lutando por direitos iguais e para exercer sua cidadania.

Nos países da Europa e da América, entre eles o Brasil, as mulheres lutavam pelo direito ao voto, os negros contra a discriminação racial e os trabalhadores por melhorias das condições de trabalho e por salários adequados. Essas lutas resultaram em leis que garantiam direitos e protegiam os cidadãos, entre os direitos conquistados, estavam: a criação de leis trabalhistas que garantissem direitos como férias, salário mínimo, descanso semanal e segurança no trabalho, também outra lei muito importante que são os direitos políticos para participar das decisões do governo; igualdade de direitos entre homens e mulheres e entre brancos e negros e direitos das pessoas com deficiência a serem tratadas com respeito e terem condições de acessibilidade.

Na sociedade em que vivemos, o racismo é a “manifestação normal de uma sociedade, não um fenômeno patológico que expressa algum tipo de anormalidade”. (Sílvia Almeida, 2019, p.21). Nesse sentido, o autor nos fala em sua obra que o racismo é sempre estrutural.

Com isso nos faz refletir que devemos mudar nossa maneira de pensar que o problema muitas vezes não é tão simples quanto pode parecer, não sendo uma

questão individual de cada um ou institucional, mas a pensarmos em estratégias e atitudes para combatermos o racismo, não ferindo a estrutura própria de cada cultura, tradições que os sustenta.

Nessa perspectiva então, construir uma sociedade mais igualitária requer a compreensão do papel de cada estrutura socioeconômica na reprodução do racismo para elaborar estratégias efetivas de enfrentamento.

A Constituição brasileira, aprovada em 1988, tem o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, garantindo também diversos direitos para as crianças, adolescente entre esses direitos está o de ter uma família, estudar e não de trabalhar, como vimos anteriormente em outro comentário. Vamos ver a figura da p. 76.

Figura 16: Sala de aula em escola municipal em Tucumã, no Pará, em 2016.



Fonte: Livro da coleção *Àpis* do 5º ano do Ensino Fundamental, p.76, 2017.

É fundamental analisar o processo de conquista de direitos sociais ao longo do tempo, pois ajuda a demonstrar o caráter histórico de todo direito, já que nem sempre ele existiu. Isso auxilia não apenas a ter uma consciência da temporalidade das transformações sociais que ela acarreta, mas também sobre a importância da organização de diferentes grupos sociais ao longo do tempo, digamos assim, um grande progresso.

Na p. 79 sobre a conquista dos direitos no Brasil, na figura a seguir temos a “Fuga de escravos”. O artista visitou o Brasil em 1858. A fuga dos negros escravizados foi um ato de coragem e de resistência à escravidão. Ao fugir eles colocavam a vida em risco pela sua liberdade.

Figura 17: Fuga dos escravos de François- Auguste Biard, 1859. O artista visitou o Brasil em 1858.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.79, 2017.

Nesta figura acima e na próxima, a BNCC nas p. 79 a 81, as pinturas e ilustrações são utilizadas como importantes documentos históricos, a fim de levar os alunos a reconhecerem diferentes situações relacionadas à escravidão no Brasil: as tentativas de fuga, os castigos que os escravizados sofriam e o momento da alforria, estão nas habilidades EF05HI04 e EF05HI05 da BNCC.

Figura 18 - Feitores castigando negros, de Jean-Baptiste Debret, publicada entre 1834 e 1839.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.80, 2017.

Figura 19: Cerimônia de entrega de cartas de alforria, ilustração de Angelo Agostini, 1886.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.81, 2017.

Figura 20: Página do jornal O amigo do escravo, que circulava no Rio de Janeiro, edição do dia 27 de janeiro de 1884.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.81, 2017.

Ainda nessas habilidades da BNCC, nas p. 82 e 83, abordam aspectos históricos relacionados ao período final da escravidão, sensibilizando os alunos e levando-os a identificarem as causas das injustiças sociais vigentes até hoje em relação aos afrodescendentes.

Figura 21: Trabalhadores de uma fábrica de couro em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, em 1922.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.83, 2017.

A seguir temos a figura da p. 84, que mostra a luta contra o preconceito racial e social, contra as difíceis condições de trabalho nas fábricas, contra baixos salários, contra o trabalho infantil e contra o trabalho análogo à escravidão são exemplos para que os alunos reconheçam e valorizem o papel dos cidadãos em busca de garantir os direitos de todos, em prol de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

A figura a seguir do livro de história do 5º ano, que mostra um ato democrático que foi muito importante para a luta das pessoas negras contra o racismo e a desigualdade no país.

Figura 22: Em 7 de julho de 1978 ocorreu na cidade de São Paulo um grande ato organizado pelo Movimento Negro no Brasil.



Fonte: Livro da coleção Àpis do 5º ano do Ensino Fundamental, p.83, 2017.



Os debates sobre a diversidade é um tema da realidade que vivemos, convivemos e presenciamos na sociedade, na comunidade e dentro do espaço escolar, tendo em vista que a “história não seja contada apenas do ponto de vista do poder” (Ribeiro, 2019, p. 65). Observamos à escola, como um espaço de socialização, aprendizagem, troca de experiências e vivências compartilhadas. Nesse ambiente cada um é único, traz uma bagagem com diferentes saberes e diferenças, proporcionando trocas de experiências e valores. Tudo isso deve ser respeitado, pois cada um possui suas peculiaridades. Coadunamos com a posição de Ribeiro (2019, p. 64) quando ressaltou que “O apagamento da produção e dos saberes negros e anticoloniais contribui significativamente para a pobreza do debate público, seja na academia, na mídia ou em palanques políticos”.

É importante lembrar que até 1888, as pessoas escravizadas eram consideradas propriedades de seus senhores e a lei considerava legal esse tipo de relação. Atualmente, as pessoas que trabalham em condição análoga à da escravidão não são propriedades, mas se encontram submetidas a situações de exploração e violência. Além disso, esse tipo de prática é ilegal e é considerado um grave crime no Brasil.

4.2- O Livro Didático numa Perspectiva Antirracista

O livro didático tem uma grande importância na prática pedagógica diária por ser suporte teórico e prático para o aluno, instrumento de apoio para o professor e por constituir uma organização possível do conteúdo a ser trabalhado. É possível visualizar seu conteúdo de forma legível e atrativa. Trata-se de uma forma de sistematização dos conteúdos a serem trabalhados em aula, o presente traz marcas do passado, assim como o futuro terá marcas do presente com o propósito de trazer importantes contribuições de conhecermos acontecimentos do passado para com os dias de hoje e compreendermos o mundo em que vivemos.

Vale destacar as inúmeras formas experimentadas pelos governantes para levar o livro didático à escola. No ano de 1929 consistia a criação de um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático até a política de execução do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Brasil, 2004).



Há muitas décadas o Ministério da Educação (MEC) vem se preocupando com a presença e o uso do livro didático na escola. Por contar com conteúdos riquíssimos e atuais que abrangem as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o livro didático é atrativo, dinâmico, de fácil acesso que torna a leitura ser prazerosa e instigativa, sendo interessante para os alunos.

Como estamos analisando os conteúdos do livro de História do 5º ano do Ensino Fundamental, eles trazem importantes acontecimentos históricos, uma verdadeira viagem ao passado e um convite a vivenciarmos experiências históricas, trazendo muitas informações para nossa vida. Para enriquecer nosso estudo, fizemos uma análise do livro de história da coleção Àpis, estudada por esta turma do 5º ano do Ensino Fundamental.

Em se tratando das questões raciais na escola, o livro didático tem uma importante função de trazer temas presentes na nossa realidade, de formular debates sobre diferentes assuntos, dentre deles a diversidade cultural e as questões de racismo e preconceitos existentes no espaço escolar e que vem a longas datas, as lutas contra o racismo e as desigualdades raciais.

Precisamos entender a importância dos povos que construíram a nossa sociedade, perceber sua importância nesse processo e o preço pago por muitos povos, mais precisamente pelos indígenas e africanos, que foram subalternizados e subjugados pelos colonizadores.

Precisamos desenvolver uma reflexão crítica, humanista e ter uma sensibilidade emancipadora, para podermos respeitar o outro, conhecê-lo e acessar outras realidades e outras culturas, sem que uma seja mais ou menos que a outra. Nesse movimento reflexivo há que se instigar nos alunos a percepção de que temos muitas diferenças, e nem por isso devemos ser mal educados, arrogantes fazendo distinção e pré-julgamentos. Neste sentido,

É importante salientar que a introdução de uma releitura sobre a África e a cultura afro-brasileira na escola afeta e causa impacto não só na subjetividade dos negros. Os outros grupos étnico-raciais presentes nessa instituição, sobretudo o segmento branco, também usufrirão dessa mudança. (Gomes, 2013, p. 73).



A autora Ana Célia Silva, (2011. 182 p.), destaca a importância do livro didático para a criança negra, sua construção, autoestima e identidade étnico-racial. A partir de referências positivas no livro, a criança se identifica com a representação, passando a ver-se através dela. E ainda, a formação do professor para fomentar esses estudos sobre as desigualdades, a exclusão e a inclusão, estudos antropológicos da origem do homem, um assunto que tem o que falar e conhecer para muitos conhecimentos e acontecimentos que marcaram a nossa história.

Por outro lado, o livro didático analisado aqui é um dos principais agentes de veiculação das ideologias da classe dominante, que muito falamos até agora. Muitas vezes, o educador de uma forma ou de outra acaba sendo o mediador dessa ideologia sobre os assuntos relacionados questões étnico-raciais e de outros temas relacionadas às culturas dos diferentes povos, cometendo atos preconceituosos, conforme o conteúdo do livro didático. Entendemos que,

O desafio está em promover situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes, exercícios em que promovamos o colocar-se no ponto de vista, no lugar sociocultural do outro, nem que seja minimamente, descentrar nossas visões e estilos de afrontar as situações como os melhores, os verdadeiros, os autênticos, os únicos válidos. Para isto é necessário promover processos sistemáticos de interação como os "outros", sem caricaturas, nem estereótipos. (Candau, 2013, p. 31-32).

Contudo, o profissional precisa ter esse cuidado e analisar realmente o propósito do conteúdo programático dos recursos que disponibilizará aos seus alunos. Para Saviani (2014) a diversidade deve ser definida como vários elementos que reunidos formam a unidade, de modo que formem um conjunto coerente e operante. Diz o autor que,

(...) trata-se de unidade da variedade e não unidade da identidade (...) não é uma unidade monolítica, indiferenciada, mas unidade da diversidade, um todo que articula uma variedade de elementos que ao integrarem ao todo nem por isso perdem a própria identidade. (Saviani, 2014, p.51).

Seguindo o pensamento do autor, fazendo-se análise do material de estudo, observou-se através dos livros didáticos o quanto é importante esse tema, tendo em vista que a diversidade é muito importante por contemplar a troca de saberes e promover a interação de todos os alunos.

Importante ressaltar que é através do planejamento para a disciplina de história,



que se deve ter o cuidado na organização e elaboração do tema proposto. Quando se trata de falar sobre a diversidade étnico-racial, o docente tem que ter a noção de como abordar essa temática, para que nenhum aluno se sinta excluído ou deixado de lado, que possa se sentir tranquilo e não ter receio de se expressar livremente sobre o tema, tendo em mente o entrosamento de todos. Tal prática pedagógica “Exige desvelar o caráter histórico e construído dos conhecimentos escolares e sua íntima relação com os contextos sociais em que são produzidos” (Candau, 2013, p. 33)

É claro que essa é uma realidade presente também no âmbito pedagógico, em sala de aula um planejamento bem-organizado faz toda a diferença. Para Dorta e Franco (2013):

Discutir e pesquisar sobre o assunto planejamento e/ou plano de aula, é de grande importância, principalmente aos profissionais da educação. Trata-se de uma ação que faz parte do dia a dia dos educadores nos quais muitas vezes tem enfrentado dificuldades. (Dorta; Franco, 2013, p. 492).

A valorização da diversidade, da diferença e da comunidade humana em geral, depende de uma mudança de valores da sociedade, refletir e ter um novo olhar para o outro, com reflexões que atendam ao todo, pois ser diferente, é muito bom, nos proporciona conhecer novas riquezas humanas.

Portanto, devemos pensar a escola “como um centro cultural em que diferentes linguagens e expressões culturais estão presentes e são produzidas” (Candau, 2013, p. 35). Um espaço de livre expressão, de escolhas e possibilidades, acerca dos objetivos a serem alcançados por cada indivíduo, dando sentido a sua vida e construindo sua história.

A escola mais do que nunca acolherá a todos, promovendo a paz, a harmonia, buscando a participação, humanização, pois os indivíduos se constroem ao apropriarem-se do saber e compõem-se na troca com o outro, estabelecendo uma estrutura social sólida, construtiva e formativa (Cortela, 2014).

Ainda sobre a análise do livro didático, a coleção da Ápis contém em suas unidades, diferentes estudos que abrangem temas relacionados à história do Brasil, às diversidades existentes, contemplando conteúdos acerca dos princípios que se quer atingir nesse estudo.



Entendemos o livro didático como um dos recursos didáticos no qual se apresentam os conteúdos de forma sistematizada, para serem trabalhados pelas disciplinas escolares, separadamente. O material representa, no contexto da educação formal, uma ferramenta de grande potencial do processo de ensino-aprendizagem, um orientador das práticas pedagógicas. Consideramos o livro didático como “parte do arsenal de instrumentos que compõem a instituição escolar, parte esta, por sua vez, da política educacional, que se insere num contexto histórico e social” (Oliveira; Guimarães; Bomény, 1984, p. 111).

Para Molina (1987, p. 17),

Todo livro, em princípio, presta-se a ser utilizado para fins didáticos, isto é, em situação deliberadamente estruturada com objetivo de ensinar algo a alguém. Isso não significa, entretanto, que qualquer livro utilizado para fins didáticos possa ser considerado um livro didático. No presente trabalho, entende-se como tal, uma obra escrita (ou organizada, como acontece tantas vezes) com finalidade específica de ser utilizada numa situação didática, o que a torna, em geral, anômala em outras situações.

O livro didático tem função social, além de pedagógica, ao contribuir para a qualidade da educação brasileira e promover, assim, a inclusão social dos alunos que, devido a motivos econômico-financeiros, não têm acesso ao material (Brasil, 2008)

No mundo atual, caracterizado pela diversidade de recursos direcionados ao aperfeiçoamento da prática pedagógica, o livro didático ainda se apresenta como eficaz instrumento de trabalho para a atividade docente e para a aprendizagem dos alunos. O acesso a esse instrumento contribui para a qualidade da educação básica, além de promover a inclusão social. (Brasil, 2008, p. 5).

Não temos dúvida que a função do livro didático é contribuir para o processo de ensino aprendizagem como um suporte didático que visa a facilitar a transmissão de conhecimentos e auxiliar a apropriação destes pelos alunos.

Com isso, observou-se a relevância desses materiais de apoio para a melhor apropriação e compreensão do tema, já que os livros didáticos são bem ilustrados e atrativos, convidando-os a realizarem a leitura, sendo muito prazerosa.

Através das análises realizadas no livro didático da disciplina de história, é notório que o material didático tenha um papel primordial no auxílio aos docentes na mediação do processo ensino-aprendizagem. O livro didático contribui para uma



aprendizagem rica e construtiva. Em parte é considerado elemento norteador das práticas docentes, visando à formação e o crescimento de todos os alunos.

Ainda sobre a análise do livro de história, evidenciou-se a importância da escolha dos temas a serem trabalhados, a reflexão referente às questões étnico-raciais estudados na escola, assunto muito discutido nos dias atuais visa a compreensão de como o racismo se manifesta e/ ou está presente nesse espaço e como as metodologias e estratégias podem ajudar os alunos a conhecerem a nossa história, as culturas existentes e tantas outras adversidades que fazem parte do nosso dia a dia, e que tornam nossos ambientes mais ricos e diversificados e, sendo assim nada mais nos cabe que aceitar e respeitar as pessoas.

É possível perceber a relevância dada ao assunto na redação do texto da Base Nacional Comum Curricular, na competência nº 9, que propõe desenvolver nos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, postura e atitudes que os mesmos devem ter em relação ao outro, a saber:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2017, p. 10).

Sabemos que nem sempre é fácil para os gestores promover um ambiente totalmente inclusivo, onde a diversidade seja valorizada a todos, construindo formas e estratégias de combater as discriminações raciais, as desigualdades e outras situações constrangedoras. Rosa (2012, p. 34) menciona que:

As políticas de promoção da igualdade racial podem ser compreendidas como ações públicas ou privadas que visam o combate ao racismo e à discriminação racial, em todas as esferas da vida social, seja por meio de políticas universais, voltadas à população como um todo, seja por meio de políticas específicas voltadas aos grupos marginalizados e discriminados.

Em busca de respostas para fundamentar o tema, foi feita uma análise dos documentos interno da escola, a fim de analisar como está esse espaço que é de interação, comunicação no sentido da construção de uma sociedade solidária e fraterna, que respeite e acolha as diferenças enquanto enriquecimento da diversidade do ser humano, com conteúdo, com pesquisa, com atividades que aliem o lúdico como



parte integrante do processo educativo e firme o espaço escolar enquanto lócus de exercício da participação de toda a Comunidade Escolar. Em seu Regimento Escolar as finalidades da educação, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade proporcionar o pleno desenvolvimento do (a) estudante, contribuindo para a compreensão do mundo, a sua integração e participação na sociedade, melhoria na qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania. (REGIMENTO ESCOLAR PADRÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ESCOLAR EM TEMPO INTEGRAL RS, 2016)¹.

Sobre o documento, as palavras da professora Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, reforçam a importância do Regimento Escolar, quando afirma:

O Regimento Escolar, por fim, deve assegurar a gestão democrática da escola, possibilitar a qualidade do ensino, fortalecer a autonomia pedagógica, valorizar a comunidade escolar, através dos colegiados e, efetivamente, fazer cumprir as ações educativas estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico da escola. (SEED/PR, 2007, p. 8).

Temos na escola importantes documentos que sustentam a organização necessária para o alcance dos objetivos pedagógicos e ao bom funcionamento do sistema de ensino. Como estamos analisando o livro didático utilizado numa turma do ensino fundamental anos iniciais, segundo o regimento escolar, o mesmo propõe os seguintes objetivos: a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades, a formação de atitudes e valores e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (REGIMENTO ESCOLAR PADRÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ESCOLAR EM TEMPO INTEGRAL RS, 2016)¹.

No que diz respeito a organização pedagógica, temos o Projeto Político Pedagógico-PPP que tem por finalidade orientar a ação dos (as) professores (as) da escola, permitindo a crítica da realidade atual e fornecendo o referencial, para avaliar o processo de execução do trabalho nele proposto. Também nos evidencia a

¹ O referido documento foi elaborado pela equipe escolar.



preocupação no processo da formação continuada, dos professores (as) e demais funcionários (as), como finalidade, a criação coletiva de estratégias pedagógico-metodológicas que auxiliem na garantia das aprendizagens de todos (as) os (as) estudantes.

O Projeto Político Pedagógico (PPP)¹ é um documento escolar que contempla em sua íntegra orientações da proposta curricular, também apresentando especificidades de acordo com a realidade de cada instituição de ensino.

Desta forma, temos as concepções de currículo e de conhecimento. Pensar em métodos e estratégias para uma prática pedagógica inovadora que no tocante a tais concepções, é preciso pensar o conhecimento e o currículo como uma ampla rede de significações, tornando a escola um lugar de construções coletivas. O currículo interdisciplinar resgata a inteireza do ser, do saber e do trabalho em parceria; e expressa à sociedade que queremos, com uma cultura de paz e de desenvolvimento humano, ou seja, a sociedade que se quer construir. (REGIMENTO ESCOLAR PADRÃO DO ENSINO (FUNDAMENTAL ESCOLAR EM TEMPO INTEGRAL RS, 2016)¹ .

Neste sentido, Arroyo (2014, p. 83) indaga:

Como pensar currículos, conteúdos e metodologias, formular políticas e planejar programas educativos sem incorporar os estreitos vínculos entre as condições em que os educandos reproduzem suas existências e seus aprendizados humanos? Questões inquietantes (...) que vêm instigando outras práticas educativas, outros conhecimentos e outras relações entre mestres e educandos.

O regimento escolar nos diz ainda sobre a conscientização da ética, o bom senso, a afetividade, as leis que regem a prática pedagógica, as diretrizes educacionais, as orientações da mantenedora. O referido documento segue as normativas educacionais, dentre as quais estão: Referencial Curricular Gaúcho Ensino Fundamental, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Matrizes Curriculares 2021/2022, Resolução CEED nº 3202012, Resolução CEED nº 365/dezembro/2021) o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2022) e as leis que regem a prática pedagógica, as diretrizes educacionais, as orientações da mantenedora.

Fizemos análise dos documentos da Secretaria Municipal de Educação SME, dentre os quais o Referencial Curricular Gaúcho, que apresenta os temas transversais a serem abordados nas escolas da rede, tais como as questões de ética, da



pluralidade cultural, do Meio Ambiente, da Educação Alimentar e Nutricional, da Saúde e da Orientação Sexual e as Transformações da Tecnologia no Sec. XXI. Outros também podem ser abordados, desde que possam contribuir na formação integral dos sujeitos, corroborando com as premissas dos Direitos das Crianças e Adolescente.

Esses temas são fundamentais para a formação integral do aluno, tendo em vista as competências citadas nesse documento e uma delas é o repertório cultural, daí a importância e respeito e a valorização da diversidade no espaço educativo.

A LBDEN 9394/96 e a BNCC têm como princípios fundamentais a formação humana, sendo que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais de todos os alunos ao longo de seus estudos, observando que o objetivo principal da educação é a cidadania, e, no entanto, entendemos que sejam necessárias mais reflexões e discussão acerca dos temas contemporâneos articulando-os com o fazer pedagógico. Acreditamos que assim iremos desenvolver em nossos alunos e alunas as habilidades crítico-reflexivas, que se desdobrem em atitudes e mudança no seu agir, cujos efeitos impulsionam a construção de uma sociedade mais equânime.

No Referencial Curricular do Ensino Fundamental, seguindo a BNCC, constam as habilidades e as competências a serem trabalhadas ao longo do ano, levando em consideração os temas transversais que é de suma importância aos educandos, pois abrangerá vários temas corriqueiros do nosso dia a dia.

Muitos são os documentos que contemplam uma educação de valores e de equidade que priorizam direitos igualitários, mas os preconceitos e as desigualdades ainda se fazem presentes. Sabemos que tais percepções resultam de um processo histórico de colonização que, em muitos momentos foram até fáceis de serem instaurados e, justamente por isso, mais difíceis de serem eliminados socialmente.

Partindo dessa questão de aceitação e valorização das relações étnico-raciais do respeito, dignidade e de como se dera a harmonização e convívio, a (ONU) Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, em assembleia geral proclamou e adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, importante documento que norteia as políticas públicas dos cidadãos. Dada tal importância, vamos citar os artigos primeiro e segundo:



Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania. (ONU, 1948)

Vale lembrar que, se todos nascem livres e iguais em dignidade, o que ao longo da nossa existência podemos fazer para ter essa igualdade valorizada e compreendida? O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, no que concerne a educação em direitos humanos:

Deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa. (Brasil, 2007, p.31).

Acerca da escola, indica que é o espaço pelo qual a formação de cidadãos é realizada, o que implica a construção de práticas e socialização em direitos humanos, por meio de

Estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (Brasil, 2007, p. 31).

Dentre os princípios da educação em direitos humanos na educação básica temos:

- a) a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais;
- b) a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos;
- c) a educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade;
- d) a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação;
- e) a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos



profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação;
f) a prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais. (Brasil, 2007)

Ainda refletindo sobre as normativas que tratam dos direitos, temos o Plano Nacional de Educação(PNE).

A meta 7², estratégia 7.25 regulamenta a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 quando prevê a inserção nos currículos escolares de “conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais”. Já na meta 11³, objetiva na estratégia 11.3 “reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio”. A meta 12⁴, estratégia 12.5 visa “ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas”, com a intenção de “reduzir as desigualdades étnico-raciais, aumentar o acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas” e de estudantes com necessidades educativas especiais.

O PNE na meta 13⁵, estratégia 13.4 registra a importância de articular a formação geral, nos cursos em Pedagogia e licenciaturas, questões vinculadas a “educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência”

Sobre os Direitos e garantias Individuais, está previsto no caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...) (BRASIL, 1998)

²A **Meta 7** objetiva fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb (Brasil, 2014).

³A Meta 11 visa triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (Brasil, 2014).

⁴ A Meta 12 prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (Brasil, 2014).

⁵ A Meta 13 Objetiva elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores (Brasil, 2014).



- I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição;
- II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar alguma coisa senão em virtude de lei;
- III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

Nesse contexto, entra novamente o papel da escola, onde se pretende ser emancipadora, comprometida e inovadora com o seu público, cidadania, deve esta manter o princípio de respeito ao outro, onde estejam atentas as transformações sociais existentes no seu meio que resultam em diferentes maneiras de ser e de ver o mundo.

No ano de 2003 foi sancionada a Lei decreto de número 10.639/03, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas para a educação das relações étnico-raciais. Sendo assim:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas na Lei n 21 o 9.394/1996 Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira (Brasil, 2003).

Nessa direção acima, entendemos que a lei assegura o ensino das relações étnico-raciais, que podemos acreditar que a educação é mantida e entendida como prioritária e fundamental a todos e que as políticas públicas foram e são elaboradas com o intuito de assegurar os direitos e, assim, uma educação igualitária e emancipadora.

As Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, em seu Art. 14 visa

XIII - promover estudos sobre estruturas, currículos e organização técnico-pedagógica para o aprimoramento da educação básica brasileira, especialmente na perspectiva do enfrentamento do racismo estrutural e dos preconceitos que impedem, no âmbito da instituição escolar, a permanência e o pleno desenvolvimento dos estudantes (BRASIL, 1996).

Como podemos perceber os direitos são garantidos nos mais diferentes instrumentos jurídicos, resta-nos perceber como e de que forma são efetivados no



campo da educação brasileira. Saviani (2013, p. 745) chama nossa atenção quando informa que a cada direito corresponde um dever. Se a educação é proclamada como um direito e reconhecido como tal pelo poder público, cabe a esse poder a responsabilidade de prover os meios para que o referido direito se efetive. Eis porque se impôs o entendimento de que a educação é direito do cidadão e dever do Estado.

Entendemos que o Estado brasileiro promova e elabore ações de combate ao racismo, que reconheça as contribuições dos povos originários e africanos na construção de nossa sociedade, que mobilize ações que problematizem as questões étnico-raciais para conscientização da cidadania. Entretanto, percebemos que há muito a ser realizado para que consigamos alcançar resultados positivos e transformadores duradouras que tanto almejamos. Ainda é necessário traçarmos metas e procurarmos relacioná-las com o multiculturalismo presente no ambiente escolar.



5- A ESCOLA COMO ESPAÇO DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Quando se tornava obrigatória à inclusão da disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio, em escolas públicas e particulares no país, a Lei nº10.639, de janeiro de 2003, alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao entender a necessidade e precisão de incorporar a contribuição do povo negro na formação e construção da sociedade brasileira, levando e resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica, política, pertinente a história do Brasil. Sendo que essa determinação de 2003 se somou a outras políticas públicas voltadas a valorização da África, de seus descendentes, culturais e feitos, em prol de reconhecimento das lutas engajadas.

Como parte de um processo em que a memória do passado nos ajuda a ter melhor percepção dos fatos, as reflexões sobre a cultura negra fazem parte de temas de suma relevância para a formação social, cultural e educacional de um povo. Deste modo, ao falar sobre a memória como um processo intimamente ligado a questão cultural de um povo e como ponto de partida para a compreensão dos fatos, Munanga (2005, p. 16) assevera que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de descendência negra. Interessa também aos alunos de outras descendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos diariamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Munanga (2005) destaca a importância de os professores trabalharem as questões raciais, culturais e de representatividade, além de abordar a diversidade como um valor para toda a comunidade escolar. O tema sobre as relações étnico-raciais é um assunto muito discutido no nosso dia a dia. Precisamos debater sobre



práticas harmoniosas como a educação antirracista que é uma prática que ajuda na valorização da trajetória dos diferentes povos que formaram o país e colaboraram no combate ao preconceito e racismo.

Para tal abordagem, o objetivo não é promover discussões e brigas, mas sim, promover o respeito e valorizar as culturas e as pessoas em ações cotidianas que cultivem relacionamentos de paz e harmonia. São estratégias para que todos no ambiente escolar tenham uma aprendizagem digna, feliz, igualitária e equânime. A educação e a diversidade na escola, nada mais é que contribuir e prestigiar o ser diferente, agregar saberes e valorizá-los, respeitando-os, pois é justamente isso, a diversidade nos quer dizer, que somos diferentes e que cada um tem seu valor, suas peculiaridades e que juntos podemos tornar o mundo mais justo e igualitário, cada um trilhando o seu caminho sem um querer ser melhor que o outro.

Partindo para o ambiente escolar, um lugar de muitas trocas e vivências, uma das estratégias para fomentar esse estudo, nada melhor ter um currículo pensado e estruturado para o bem viver de todos. E, por falar do currículo escolar, ele é a base para uma prática escolar humanizadora e significativa. É através dele que são planejados e elaborados os conteúdos que serão estudados por todos da melhor forma possível, com o objetivo da formação plena dos educandos, tendo ainda como meta, as competências e habilidades trabalhadas.

Falando do livro didático bem se sabe, que produz conhecimentos, culturas e significados para o saber, elaborado para contribuir com a aprendizagem. Os mesmos no processo ensino aprendizagem são causadores da realização da receptividade e de implantação de uma determinada realidade o sentido de ver e dizer. Nele estão contidos informações e acontecimentos que marcaram nossa história. Nem sempre o livro traz informações que gostaríamos de saber ou ouvir, mas são fatos que fazem parte para nossa formação e construção de mundo.

Então, torna-se mais difícil ainda quando apenas o professor utiliza o livro como sua principal bibliografia, pois nos deparamos na mesmice, copia-se no quadro o texto do livro para que o discente transcreva em seu caderno, muitas vezes um conteúdo que não tem nenhuma relação com a realidade e o cotidiano do aluno, diante do exposto ressalta-se a importância na elaboração do livro didático, como afirma-se:

Daí surge a importância de que autores dos livros didáticos também



descubram formas atraentes de tratar de assuntos relativos ao cotidiano dos alunos do ponto de vista espacial e de outras realidades, os quais no mundo globalização em que vivemos interferem no cotidiano tanto do aluno quanto do professor. (Pontuschka et al, 2007, p. 343)

Portanto, analisando o livro didático utilizado pelo professor em sala de aula dessa turma do quinto ano, não pode ser considerado como único recurso pedagógico, considerando que existem outros materiais que podem criar fundamentos e assim construir conhecimentos. Além dos livros, podem ser considerados materiais didáticos: filmes, músicas, pinturas, revistas, jogos, mapas, painéis e poemas, entre outros, quando são mobilizados no processo de construção do conhecimento (Cavalcanti, 2016, p. 271)

Sendo assim, o processo educacional ocorre de maneira informal nas diversas instâncias sociais, é fundamental que escolas e sistemas de ensino estejam preparados para acolher e acompanhar auxiliando os alunos com ações e propostas motivadoras garantindo-lhes conhecimentos diversos. Neste sentido, Arroyo (2014, p. 83) questiona:

Como pensar currículos, conteúdos e metodologias, formular políticas e planejar programas educativos sem incorporar os estreitos vínculos entre as condições em que os educandos reproduzem suas existências e seus aprendizados humanos? Questões inquietantes (...) que vêm instigando outras práticas educativas, outros conhecimentos e outras relações entre mestres e educandos.

É importante lembrar que o olhar para o currículo escolar agora, é que já vivemos num país marcado pela escravidão, colonização, pela imigração, economia, e pela tradição cultural, isto é, não há como desconsiderar a diversidade que configura o nosso país. Os presentes saberes nos livros são reconhecidos como saberes de que estão sendo executados nas escolas. Dessa forma, o papel o livro didático no ensino aprendizagem é fundamental na presença dele na cultura escolar. O professor deverá sempre conduzir seus alunos a ver e analisar o livro didático como forma de respeito e valorização dos conteúdos ali propostos, sendo um instrumento de conhecimentos e aprimorações e de muitas aprendizagens.

Segundo Moreira e Silva (1994, p.7) é imprescindível compreender e pensar no currículo e na organização do trabalho pedagógico como uma questão primordial para uma significativa prática social, sendo que o mesmo não é uma parte meramente



técnica, passiva.

Ainda falando das práticas pedagógicas na escola, precisamos encontrar nela meios que instigue ações educativas, respostas concretas para todas as diferenças individuais e necessidades especiais de cada estudante. Sendo uma escola aberta, criativa e humana, que adere a inclusão e não a exclusão, primando o bem estar, a alegria, a amizade, a compreensão, enfim, valores que precisamos adquirir para vivermos bem e felizes com as pessoas ao nosso redor e na sociedade em geral. Não podemos deixar de mencionar sobre a importância dos profissionais da educação nesse processo de entrosamento, manejo, contextualização e abordagens de temas tão discutidos nos dias de hoje sobre as diferenças, preconceitos, racismo entre outros.

Segundo Moreira (2001, p. 49 apud Pansini; Nenevé, 2008, p.41) sobre a importância de trabalhar a diversidade humana na escola, se deve ao fato de que deve haver respeito entre todas as pessoas para que as relações humanas sejam harmoniosas, sendo que o professor deve ser reflexivo e estar atento a todas as manifestações de discriminação e preconceito que possa acontecer no convívio escolar. Vale lembrar que são interessantes diálogos e discussão sobre o assunto.

Pensando dessa forma, cabe ao professor analisar e sistematizar o seu alunado para fins que consiga conduzir sua aula com um propósito investigativo, inclusivo, propondo meios aonde a interação aconteça de forma naturalmente, prazerosa, que se sintam envolvidos num ambiente privilegiado, rico de tamanha diversidade e valiosa pela troca de conhecimentos e valores adquiridos.

A importância do trabalho do educador para o desenvolvimento e aprendizagem do sujeito, principalmente dos que trabalham no ensino fundamental, o processo de socialização é gratificante, pois é um processo cultural entre eles, e os educadores estão ali para mediar todo o conhecimento assim vivido por cada um deles (Almeida, 2004).

O professor por sua vez deverá aproveitar todo esse emaranhado de experiências de novas culturas, ser criativo e ousado, por isso a profissionalização e aprimoramento é fundamental nos dias de hoje de o professor ser talentoso e estratégico e intercultural. Nas palavras de Almeida (2004, p.16) essa ideia sustenta



que “o termo talento refere-se com frequência à pessoa que traz em sua bagagem um conjunto privilegiado de competências, isto é, conhecimentos, habilidades e atitudes que a diferencia de outras”. Seguindo esse pensamento, o professor deve instigar seus alunos a serem pesquisadores e curiosos, serem sujeitos críticos e reflexivos também, aproveitando toda essa gama de culturas e conhecimentos variados.

A formação do professor deve considerar que a diversidade está presente nos primeiros anos escolares não só em relação às faixas etárias das crianças e ao número de horas semanais em que ocorre o atendimento a elas, mas também em relação aos objetivos defendidos e às programações de atividades efetivadas em seu cotidiano. Desta forma, o professor deverá estar atento para o processo de desenvolvimento do seu aluno, observando, anotando e avaliando os seus progressos ou não progressos, analisar as dificuldades de ensino caso o educando não esteja assimilando bem o conteúdo, uma vez que um modo de se aproximar mais da verificação da aprendizagem no ensino fundamental é avançar gradativamente no uso de atividades que exijam pensamento mais elaborado dos alunos, propondo, por exemplo, atividades que os estimulem a levantar hipóteses ou os levem a aplicar saberes (Medel, 2012, p. 89).

Analisar a escola por outro lado, como formadora e construtora do saber, nem sempre é fácil de garantir que todos serão assegurados da mesma forma, pois há muitas condições de desigualdades sociais, que serão superadas ao longo do processo educativo e na vivência adquirida.

As tendências educacionais do século XXI trazem inúmeras observâncias da importância na organização dos espaços educativos na sociedade. Sendo que esses espaços se dêem a novos olhares contemplando a educação brasileira, tão assim sofrida nas grandes lutas em favor de uma escola para todos e igualitária. Gomes e Jesus (2013, p. 32) ressaltam que:

O caráter emancipatório da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes, instiga a construção de novas práticas, explicita divergências, desvela imaginários racistas presentes no cotidiano escolar e traz novos desafios para a gestão dos sistemas de ensino, para as escolas, para os educadores, para a formação inicial e continuada de professores e para a política educacional.

O mundo atual então exige atenção e consideração às muitas características



ou marcadores identitário que nos tornam pessoas únicas e ao mesmo tempo expressam a nossa pluralidade cultural. É essa diferença que nos tornam únicos e valiosos. Ficam claras as necessidades de mudanças e de mostrar que as relações étnico-raciais fazem parte do cotidiano escolar e requer a sua integralidade no convívio com os demais.

Em 2003 foi sancionada a lei decreto de número 10.639/03, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas para uma educação das relações étnico-raciais. Onde, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004, p.26):

É responsabilidade de todos cumprirem o que determina a lei, ou seja, não é um papel apenas do educador em sala de aula, havendo um maior envolvimento humanitário de todos os sistemas de ensino brasileiro, tendo como um ponto de partida, o parecer para que juntos com as diretrizes e resoluções tenham a função de articular para uma organização da educação nacional.

Ainda que a lei determine que seja obrigatório o ensino, sabemos que falta muito ainda a ser conquistado, muitas vezes fica a critérios das instituições de ensino trabalharem mais e abraçar as causas da cultura afro-brasileira. O autor Dias (2012, p. 666) também complementa em sua fala enfatizando que:

Mesmo com as legislações em vigor, sabemos que o tratamento pedagógico para a diversidade étnico-racial continua controverso e constitui se num campo árido, no qual precisamos semear, regar, e cuidar cotidianamente para que as propostas possam produzir uma nova ação, 'os bons frutos.

Temos que semear esperança, praticar boas ações, realizar estratégias pedagógicas favoráveis e pertinentes a problemas a serem solucionados para que a educação seja digna e verdadeiramente construída e trabalhada em favor de todos e, como afirma o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p.11):

Políticas de restauração irão oferecer benefícios para a população focada na educação dos negros, como também privilégio para educação escolar, reconhecendo a importância dos patrimônios afro-brasileiro e histórico-cultural, oferecendo os conhecimentos a nível escolar, tendo a chance de ocupar com qualidade uma profissão.

Percebemos a importância dos estudos das relações étnico-raciais no cotidiano



da escola, lugar rico de muitas culturas e trocas de vivências. Além disso, entendemos que os alunos que passam a conhecer a história do nosso Brasil aprendem a valorizar as diferenças e ver o outro como uma pessoa humana, independentemente de sua cor. Pinto (1985, p. 5) afirma que:

O currículo que foi concebido a diversidade étnica para a educação básica, teve início através de uma análise do guia curricular de estudo social com algumas sugestões, servindo de referências para livros, porém com pouco entrosamento entre os professores. O guia mostra aos alunos uma variedade de grupos humanos que fazem parte do país brasileiro.

Gomes (2013) chama a atenção acerca das estratégias pedagógicas utilizadas quando formos abordar a Lei 10.639/2003 em nossas aulas. A referida lei pressupõe um trabalho interdisciplinar, reflexões teóricas e aprofundamento das discussões, ultrapassando assim, a costumeira estratégia folclórica, abordando as questões étnico-raciais da mesma forma com que trabalhamos os demais conhecimentos em sala de aula. A estudiosa ressalta que a “escola sozinha não dá conta de tudo, mas nem por isso ela deixa de ser responsável pelo processo” (Gomes, 2013, p. 87).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola os livros didáticos dão suporte aos professores e alunos, sendo instrumento de aula e de conhecimento de mundo, e é através deles que os alunos possam viajar pelo mundo, conhecendo um pouquinho do nosso Brasil a fora, conhecendo novos lugares com saberes e culturas diferentes.

É nesse enfoque que partindo para o ambiente escolar, uma das estratégias para fomentar esse estudo, é pensar no currículo escolar, sendo a base para uma prática escolar humanizadora e significativa. É através dele que elaboramos conceitos e estratégias de ensino e aprendizagens concretas. São planejados e elaborados os conteúdos que serão estudados por todos da melhor forma possível, com o objetivo da formação plena dos educandos.

5.1- Diversidade Étnico-Racial e Práticas Pedagógicas na Escola

Ao longo do nosso estudo, vimos e entendemos um pouco da história da nossa cultura, pois ela está presente no nosso dia a dia e deve ser compreendida de forma singular. Portanto, a escola como “espaço de cruzamento de culturas, fluido e complexo, atravessado por tensões e conflitos” (Candau, 2013, p.15) deve, no âmbito



social e formal, comprometer-se e compreender que os sujeitos que a constituem trazem consigo suas origens de berço. São pessoas únicas e é no meio social, nos variados contextos culturais que suas subjetividades são construídas e constituem na escola, a estrutura pedagógica baseada na pluralidade cultural de igualdades e equidades.

Segundo Capellini e Macena (2018, p. 162), a cultura se faz presente na sociedade e se revela das mais variadas formas, que:

A cultura, portanto, é parte constituinte das práticas sociais e precisa ser observada a partir de seus significados e das relações que estabelece no ambiente. Se essa relação é hierárquica, observamos uma sociedade em que a presença do preconceito é inevitável.

Nesse sentido, está a escola como espaço de apropriação do saber, do conhecimento, de trocas de aprendizagens e vivências multiculturais variadas em prol a uma educação antirracista, de trabalhar pelo fim das desigualdades sociais e raciais, pondo fim ao preconceito.

Vistos a importância da escola com a função de socialização e interação dos indivíduos se constroem e nele um imenso universo de trocas e potencialidades existentes nesse ambiente tão rico de culturas, uma verdadeira diversidade composta por pessoas e pessoas, onde os agentes da educação farão a sua parte, realizando um trabalho homogêneo e criativo. Corroboramos com a perspectiva de educação intercultural, qual seja:

Uma educação para a negociação, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças seja dialeticamente integradas. (Candau, 2013, p. 23).

Segundo Santana, Santos e Silva (2015, p. 100), afirmam que,

Através da escola, é possível adquirir conhecimentos e vivências que ajudam a conscientizar os alunos quanto a injustiças e manifestações de preconceito e discriminação. As diferenças culturais devem ser reconhecidas estabelecendo o respeito, a ética e a garantia dos direitos sociais.

A escola como espaço de cruzamento de culturas, deve mobilizar ações para que crianças, adolescentes, jovens e adultos reconheçam as suas respectivas identidades culturais, o que requer o combate ao daltonismo cultural o qual pressupõe o não reconhecimento da diversidade e diferenças tão presente em nossas salas de aula (Candau, 2013). Um outro aspecto a ser percebido e trabalhado



pedagogicamente, através das práticas educativas, é a desmistificação do outro, dos estereótipos e concepções antecipadas. Posto que, “O/a educador/a tem um papel de mediador na construção de relações interculturais positivas, o que não elimina a existência dos conflitos” (Candau, 2013, p. 31).

Para Marques (2014, p. 78), as diferenças são construídas cotidianamente e utilizadas para discriminar as pessoas ou excluí-las da participação democrática, dos modos de produção, dificultando-lhes o acesso a melhores condições de vida. Essa negação do outro, do diferente, representa a face do racismo.

Corroborando com o tema, Rocha e Silva (2013, p.73) acrescentam que:

A Educação Antirracista é também uma oportunidade para pessoas não negras refletirem sobre a diversidade étnico-racial presente no Brasil, uma vez que terão contato com as histórias da África e das culturas afro-brasileiras, antes excluídas dos currículos escolares e assim poderão obter conhecimento acerca da pluralidade cultural, uma das marcas da nossa sociedade.

Essas diferenças que tornam o espaço educativo inovador, alegre, de sonhos e conquistas, de desafios e descobertas, isso tudo remete a escola um planejamento dinâmico, oferecendo estratégias e alternativas que abrangem a todos os indivíduos, que seja um lugar prazeroso, que busquem consciência de si mesmo sobre o outro e ainda da sociedade ao qual fazem parte. E a prática pedagógica é a ação docente realizada no espaço educativo com objetivo de educar a todos utilizando metodologias adequadas condizentes ao objetivo que pretende atingir. De acordo com Caldeira (1994).

A prática pedagógica nessa perspectiva é uma prática social e como tal é determinada por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidades); pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dá; pelas necessidades e possibilidades próprias a seus atores e própria à realidade em que se situam. (Carvalho; Netto 1994, p.59, apud Caldeira, Zaida).

Para ações concretas, as práticas pedagógicas devem trazer um conceito amplo com o princípio de educação a todos num sentido respeitoso, humano e solidário, atendendo todas as possibilidades de inserção do grupo para que não haja preconceito e discriminação no espaço escolar. Segundo Caldeira (1994), a prática pedagógica significa uma ação social, onde todos podem participar e experimentar das diversas realidades e situações de mundo que estão relacionadas, construindo novos espaços educativos.

As desigualdades sociais que existem não são de agora, estão no contexto



social desde sempre, e é no meio formal que se pode desconstruir conceitos preconceituos e maldosos em favor da diferenciação das pessoas, tanto no poder aquisitivo, social, racial, gênero e demais. Por tudo isso, a importância do papel escolar, para auxiliar a ter novos olhares para diversidade e aos problemas que surgem com ela. Uma questão levantada por Andrade (2009, p. 27):

Tratar igualmente indivíduos e grupos que possuem acesso muito desiguais aos bens, serviços e espaços de poder? Dar a grupos profundamente desiguais uma suposta igualdade de tratamento parece não ter dado muito efeito, visto que até hoje perduram entre nós uma desigualdade de fato, apesar da igualdade no discurso ser uma retórica secular. O que se defende no multiculturalismo é que, numa sociedade desigual, é preciso tratar com distinção – ou com diferença – aqueles que estão em situação de desvantagem social, para que possam de fato alcançar um patamar mais igualitário em relação aos outros grupos. Até porque, as desvantagens sociais foram historicamente desconstruídas... “Redistribuir bens, serviços e poder a fim de desconstruir vantagens sociais injustas, construídas historicamente a favor do grupo dominante e contra os supostamente inferiores, os diferentes.

Sobre o assunto, do ponto de vista de Caldeira (1989).

A historicidade é também uma dimensão relevante da prática pedagógica, pois permite pensar que professores e alunos, como sujeitos, incorporam e objetivam ao seu modo práticas e saberes dos quais se apropriaram em diferentes momentos e contextos de vida, depositários que são de uma história acumulada. (Caldeira, 1989, p.28).

Para um ambiente saudável, a escola precisa estar comprometida com a mudança social e a transformação de práticas antirracistas que agregam todos para uma visão igualitária, aonde a justiça terá vez e voz. Ainda a escola tem a sua função emancipadora de garantir os conhecimentos já adquiridos pelos alunos em sua trajetória de vida, reafirmando seu compromisso com o bem social e a integridade moral de cada indivíduo, afetados de uma forma ou de outra por desigualdades, preconceitos ou difamações entre outros, que surgirem ao longo do percurso escolar e educativo.

As práticas de ensino ainda devem ser pensadas levando em consideração a identidade, os valores, crenças, saberes, hábitos, padrões de condutas e aquisições financeiras, valorizando ao máximo o nosso alunado, para que se sinta acolhido e digno de respeito mútuo.

A escola já traz no seu propósito o entendimento de acolher todos para o meio educativo, criando novos espaços respeitando as diferenças individuais de cada



indivíduo. Nesse espaço nos encontramos e conhecemos formas de interagir com o outro de forma amigável, humana, pois a educação, a aprendizagem a que tomamos posse, nos transforma como pessoas que busca ser valorizada e conquistar seu lugar nessa sociedade tão preconceituosa, muitas vezes desumana e impiedosa.

As diferenças humanas servem para enriquecer as relações, os grupos, pois na troca entre os diferentes ocorre o crescimento de todos. Essas diferenças devem ser abordadas sob o aspecto humano e que temos sempre que aprender com as diferenças e evoluir na medida da nossa convivência com os diferentes.

Como vimos, temos garantias legais que versam sobre os temas que contribuem para o trabalho com a diversidade na escola, sendo um deles a obrigatoriedade do trabalho sobre a consciência negra, de tal forma sinal de respeito as diferenças.

A escola não tem como não incluir temas relacionados à diversidade no seu currículo, na sua prática pedagógica, porque o respeito à diversidade seja qual for, é a base do relacionamento social.

E as práticas pedagógicas que podem ser trabalhadas na escola para estimular a boa convivência, a amizade, o respeito e a harmonia entre os alunos para uma educação antirracista, citaram algumas sugestões como palestras motivacionais, dinâmicas de grupo, para que os alunos vivenciem situações onde o tema seja relacionado a diversidade e outros assuntos importantes para a troca e integração deles. Outro fator importante é o acolhimento constante por parte da escola, a todos no ambiente escolar, técnicas de socialização dos grupos para desenvolver o relacionamento interpessoal, trabalhos em equipes, entre outros, para atingir o objetivo para desenvolver a liderança, o espírito de equipe, a igualdade, a fraternidade, a união e amizade entre todos.

Percebemos então o quanto o ser humano é diverso em sua essência. Precisamos pensar a diversidade todos os dias, porque ela faz parte da nossa vida, das nossas decisões, nossos almejos, anseios, incertezas e das nossas descobertas. E, ainda está presente em todos os ambientes que frequentamos seja ela na escola, família, comunidade, trabalho, amigos, lazer. Como lembra Diaz (2006, p. 92), o “indivíduo socializa-se dentro e fora da instituição escolar e, por isso, a educação social deve efetuar-se em todos os contextos nos quais se desenvolve a vida do ser



humano”.

Diante disso, percebemos que as desigualdades sociais que existem não são de agora, foram historicamente constituídas e será por meio de lutas, problematizações, discussões que poderemos desconstruir conceitos e preconceitos maldosos que assolam muitos de nós. Nossa luta aqui é a favor da diferença e da diversidade, pautadas na perspectiva de uma educação intercultural que possa ser construída a partir do que somos: pessoas, de poder aquisitivo diferente, de contextos sociais diferentes, com etnia e gênero também diferentes. Por tudo isso, a importância do papel escolar, para auxiliar a ter novos olhares para diversidade e seus desdobramentos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre o tema das relações étnico-racial na escola pretendeu dentre outros aspectos problematizar conceitos e práticas pedagógicas. Convidou-nos a pensar e refletir sobre o processo de escolarização, sendo esse um tema recorrente e instigador nos dias de hoje, pois esse ambiente é diverso, há muitas pessoas diferentes que compõem o espaço escolar, assim como as situações e vivências cotidianas que perpassam a dinâmica da educação.

Tendo o estudo como ponto principal mostrar-nos a importância do tema, bem como sua presença mais que visível na educação. Diante da problemática; como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas no livro didático do 5º ano de uma turma do ensino fundamental? Para tais respostas ao problema, propomos analisar como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas no livro didático do 5º ano do Ensino Fundamental.

Muito se falou dos princípios e das necessidades reais dos diferentes grupos humanos que em algum momento da história, tiveram seus direitos violados por causa de motivos diversos. Contribuindo para o estudo sob a ótica dos objetivos; identificar nos livros didáticos os temas/conteúdos que tratam das questões étnico-raciais; verificar como os temas estão sendo abordados, observando os conceitos subjacentes; identificar as implicações das abordagens para professores e alunos. Penso que o estudo teve como pretensão identificar e analisar possíveis posicionamentos e contradições analisados e refletidos no livro didático de história referente ao tema questões étnico-raciais, numa perspectiva de conscientização e não ao racismo na escola.

As discussões sobre questões das diversidades em geral presentes na sociedade contemporânea, é essa razão, urgentes de serem incorporadas em documentos legais no âmbito das políticas públicas educacionais. Não há como refletirmos sobre as questões raciais em nossa prática diária pedagógica como educadoras e educadores que possam aliviar esses problemas sociais causadores de discórdias, inimizades, violências entre outras.



Com o estudo realizado, pôde-se perceber o quanto o livro didático é importante no meio escolar, mantendo a necessidade de investir em uma abordagem humanista, coerente e igualitária e, ao tratar das relações étnico-raciais nos anos iniciais, articulando e problematizando essas questões e seus efeitos posteriormente na sociedade, para que não perpetue estereótipos raciais, oportunizando práticas favoráveis e diálogos antirracistas.

Seguindo nessa visão da importância e necessidade da escolha crítica do livro didático refletindo sobre a sua metodologia, as supostas concepções que ele traz e as estratégias de expor para seus alunos, de forma responsável e sustentável, a fim de nos colocarmos dentro da história e refletirmos sobre ela, com a finalidade de superar práticas racistas e discriminatórias tão arraigadas na nossa sociedade.

Observamos a partir da análise do livro didático de História da Coleção Ápis para o 5º ano, que aborda temas fundamentais da história do Brasil e do mundo, tendo como foco principal desenvolver a compreensão histórica dos alunos.

A estrutura geral dos temas abordados nessa coleção geralmente cobre períodos como a Pré-história, a colonização do Brasil, as civilizações indígenas, a história colonial, e os primeiros movimentos de independência. Em sua contextualização, a obra busca relacionar acontecimentos históricos com a realidade dos alunos, buscando uma aprendizagem significativa, fazendo com que os alunos analisem a história passada aos dias atuais, e o que mudou.

A linguagem do livro é acessível aos alunos, sua prática é adequada para a faixa etária estudada, facilitando a compreensão e interesse deles. Tendo como recursos visuais o uso de imagens, mapas e gráficos que ajudam a ilustrar os conceitos e torna o aprendizado mais dinâmico e divertida.

Ao tratar das relações étnico-raciais nas séries iniciais, o livro didático de história articula e problematiza essas questões de desigualdades sociais e preconceitos raciais que causam efeitos na sociedade por ser um assunto ainda em constante relevância. O livro, apresenta atividades práticas de bom entendimento, como exercícios de leitura e interpretação, além de propostas de projetos que incentivam a pesquisa e a discussão em grupo, onde todos possam dialogar sobre determinado tema.



Em si, a coleção é um bom recurso para professores e alunos, contribuindo para a formação tendo uma base sólida na disciplina de história, através de um conteúdo acessível, onde os alunos podem desenvolver um interesse duradouro pela disciplina, tendo por base as competências da BNCC.

Ao falarmos sobre as questões étnico-raciais, apoiando-nos em documentos legais, vistos a importância das conquistas dos movimentos sociais em relação às políticas públicas contra as desigualdades, o racismo, o preconceito e demais discriminações que fazem parte da sociedade em que vivemos.

Então, a escola como ambiente formal e social pode e deve ser um instrumento fomentador de superações onde os alunos se apropriam das metodologias de ensino, não somente para crescimento pessoal, mas também como uma alavanca para seu crescimento social. Por isso, almejamos uma escola comprometida com a mudança social e a transformação de estruturas sociais injustas e desumanas em modelos compreensíveis em que a igualdade e a justiça social se façam presentes.

A educação sempre se fará presente onde os seres humanos estiverem reunidos e em constante comunicação, pois convivem, aprendem a ser, a conviver juntos, a fazer, a transformar e a conservar a natureza por meio de sua cultura. Não sendo diferente a essa turma do ensino fundamental analisada, ficando claro que é nessa união e nas trocas que entendemos a um respeitar o outro e valorizar as diferenças.

Precisamos estar cientes que é na troca, no coletivo que acontece a inclusão e a verdadeira reciprocidade, onde professores e alunos, juntos trabalhem para o bem de todos, sem fazer distinção de ninguém, pois, podemos traçar caminhos de ética e princípios de cidadania, através de diálogos e atitudes de respeito, promover a igualdade e o carisma para com todos, a fim de um mundo melhor.

Em se tratando do suposto tema, a formação continuada dos professores se faz essencial nesse processo para reestabelecer as inquietações sobre as questões étnico-raciais na escola, precisando estar atualizado e, sobretudo atento aos debates, criando estratégias e ações pedagógicas instruindo os alunos a exercerem práticas afetivas, a fim de combater ações perigosas e antirracistas na escola.



Para tanto, a necessidade de diálogos entre as culturas, que nesse sentido, uma educação intercultural é aquela que tem como princípio a interação entre as culturas, é a troca entre as partes, e esse respeito é percebido através do reconhecimento das diferenças, da complexidade dos diferentes universos culturais e da busca de soluções possíveis a partir de atitudes coletivas, considerando o que o outro tem para contribuir.

Portanto, a educação não é uma ilha isolada que pode ficar de fora de todas as mudanças que estão acontecendo, esquecendo-se dos problemas sociais que a cercam. Vimos à importância e a força que têm os documentos legais que norteiam as ações e a elaboração das decisões políticas da vida social, alavancando para condições honestas e igualitárias para a sociedade.

Tendo em vista então esse olhar sobre as questões étnico- raciais no espaço escolar e as inquietações emergentes, o estudo em si nos proporcionou pensarmos e refletirmos sobre o outro e o reconhecermos como uma pessoa diferente a nós, mas, contudo, sabermos respeitá-la sem discriminá-la, garantindo a sua integridade, cultura e a forma de como vive a vida.

Nesta perspectiva das questões étnico-raciais estima-se ter alcançado os objetivos propostos nessa pesquisa, tendo consciência dos nossos propósitos enquanto educadores na construção de uma educação voltada para a construção de identidades positivas, longe de preconceitos e estereótipos, que valorize as diferenças e reconheça a alteridade.

Sabemos que não é fácil falarmos sobre esse assunto das relações raciais na escola ou na sociedade em geral, mas é preciso, pois é urgente novos olhares, mudanças para novas condutas a serem pensadas e seguidas por todos em prol de uma sociedade equânime, sem racismo e preconceitos, rumo a uma educação antirracista de princípios ativos fundamentais. E, assim a escola deve e pode ser um lugar para todos os indivíduos, sem discriminação, sem preconceitos, sem exceções, e, com isso, deixará de ser um ideal da sociedade e se tornará uma necessidade real humanitária para todos.

Para contribuir com esse estudo, cito a professora orientadora Miriam Espindula com fundamentos essenciais instaurados nessa dissertação, que foram de



perfeita harmonia com os demais autores aqui destacados.

Finalmente esperamos que essa pesquisa tenha contribuído para as nossas inquietações sobre essas diversidades existentes na escola e na sociedade, para que nossos questionamentos sobre a possibilidade de relações humanas sejam mais solidários, mais generosos, sem medo do novo e do desconhecido, pois a educação é um dos caminhos para termos novos olhares sobre o outro e construirmos novos ideais sobre a diversidade.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. T. P. **Aprender a ler e o brincar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arqidvol_46_1475014032.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.
- ANDRADE, Marcelo (Org.). **A diferença que desafia a escola**. Quartet, 2009. <<https://www.worldcat.org/title/diferenca-que-desafia-a-escola-a-pratica-pedagogica-e-a-perspectiva-intercultural/oclc/465872387> pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.
- BASTOS, Élide Rugai. **A questão racial e a revolução burguesa**. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. (pp. 140-150). Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/45760-Texto%20do%20Artigo-153944-1-10-20200904.pdf>> Acesso em 2 set. 2021.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Base Nacional Curricular na competência- BNCC- Disponível em: <<https://blog.saseducacao.com.br/diversidade-na-escola>> Acesso em: 3 de ago./23.
- BRASIL. Constituição (1988) **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL- Base Nacional Curricular na competência nº 9: BNCC - 2017 P. 10. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 5 de out/ 23.
- BRASIL. Constituição (1988). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de nov. 2011. Disponível em:



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>.
Acesso em: 19 mar.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1988. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> >.Acesso em 5 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Boletim 21. MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação- PNE**. Brasília, 2010.

BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988.43.ed. Organizado por Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2017. 476 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação**. Física: catálogo do Programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM 2009. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13608-programa-nacional-do-livro-didatico-para-o-ensino-medio>> Acesso em: 2 mai. 2022.

BRASIL Escola. **Cultura brasileira diversidade x desigualdade**. Disponível em: <<http://brasil.escola.uol.com.br>>Acesso em: 18 abril 2022.

BRASIL Escola. **Inclusão social**. Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br>> Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. Lei no 9.394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**: O ensino da História do Brasil-afrobrasileira. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf >Acesso em: 31 de ago. 2023.

BRASIL. Resolução n.2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de set.2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201Pdf> > Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História



e Cultura Afro- Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, de 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei n.11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: O ensino da História do Brasil-afrobrasileira. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf >Acesso em: 31 de ago. 2023.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. >Acesso em: 29 de dez/2022.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997 Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/43/pluralidade-cultural-na-sala-de-aula-da-formacao-do-brasil-a-valorizacao-das-multiplas-culturas-no-contexto-> Acesso: 4 de jan. 2023.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MACENA, Janaina de Oliveira. A diversidade cultural na formação e atuação de professores. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 8, n. 22, p. 160-176, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/43/pluralidade-cultural-na-sala-de-aula-da-formacao-do-brasil-a-valorizacao-das-multiplas-culturas-no-contexto-> >Acesso: 4 de jan. 23.

CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro; Z Aidan, Samira. **Práxis pedagógicas**: um desafio cotidiano. Disponível em: <<http://www.Fumec.br/revistas/paideia/article/view/2374>> < Acesso em: 3 de ago. 2023.

CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. IN: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Antônio Flávio Moreira e Vera Maria Candau (org.). 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/pesquisa_documental.pdf >Acesso em 2 de set/23.

CAVALCANTI, E. Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 5, nº 9. p. 262-284. 2016.



CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006. p.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

_____, Mauro Cezar. O Diretório dos Índios: possibilidades de investigação. In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. Acevedo; PRADO, Geraldo (orgs.). **Meandros da História: Trabalho e poder no Pará e Maranhão, Séculos XVIII e XIX**. Belém, UNAMAZ, p. 48-67, 2005.

COQUEIRO, Edna Aparecida. **Educação das relações étnico-raciais: desnaturalizando o racismo na escola para além dela**. Sem ano.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: <https://www.uern.br/controladepaginas/edicao-atual-arquivos/367811_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_naide.pdf> Acesso em: 13 jan. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Disponível em: <<https://cursor.unina.edu.br/Assets/Pedagogical/Material/b58409cd-a66a-4470-8b95-b3ff03a84c16.pdf>> Acesso em: 5 de jul. 2023.

Dayrell, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996. Acesso em: 3 de jan. 2023.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 400 p.
pela implementação da Lei 10.639/2003. IN: **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Antônio Flávio Moreira e Vera Maria Candau (org.). 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DIAS, Rosa Lucimar. **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Educação* v. 17 n. 51 set.-dez.p.666 .2012.

DORTA, Greice Cristina da Silva; FRANCO, Sandra Aparecida Pires. **A influência do plano de aula na práxis docente: uma abordagem no ensino superior, II jornada de didática e I seminário de pesquisa do CEMAD**, 2013. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/482566/1018262/TCC_Wanderley_Sousa_Silva.pdf/f2bc23c3-cb59-4b29-9f0e-6f058ab2a53> Acesso em: 4 ago. 2023.



Edital de Convocação nº 01/2019 para processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2019 – Atualização BNCC. Disponível em:

<<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editaisprogramas-livro/item/12998-edital-pnld-2019-atualizacao-bncc.pdf>>. Acesso: 10 ago. 2023.

FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Raça, ciência e sociedade. (pp. 195-203). Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/45760-Texto%20do%20Artigo-153944-1-10-20200904%20(2).pdf > Acesso em: 3 jan. 2022.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (FNPETI). **Negros são maioria no trabalho infantil**, 2017. Disponível em: <<https://fnpeti.org.br/noticias/2017/11/20/negros-sao-maioria-no-trabalho-infantil/>> Acesso em 24 out/24.

FRANCO, Maria Amélia S. I. **Pedagogia como Ciência da Educação**. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Entre Nós Professores). Disponível em: <diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_ped_artigo_vera_lucia_de_souza_de_oliveira.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura) Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/43/pluralidade-cultural-na-sala-de-aula-da-formacao-do-brasil-a-valorizacao-das-multiplas-culturas-no-contexto->> Acesso: 4 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Disponível em: <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-PauloFreire.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

FREITAS, M.D.F& JESUS, N. F. População negra brasileira: Reflexo e imagem. IV

EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007. GAIO, R.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenológica. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, p. 109-122, 1997. Disponível em: Acesso em 24 de agosto de 2023.



GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/wcPLnhyn3RszrkMKnQvXLTS/>> Acesso em: 4 de mar. 24.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: Ausências, emergências e a produção dos saberes**. Ibid., p. 138, Volume 10 –Nº18 –abril de 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/EXEMPLO%20PRA%20SEGUR.pdf>> Acesso em: 5 out. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo. Diversidade e currículo. Organização do documento**: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/17/a-construcao-do-curriculo-e-os-desafios-da-escola-na-sociedade-contemporanea>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Aletria 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça**: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (Org). Racismo e antirracismo na escola: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola**: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. IN: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Antônio Flávio Moreira e Vera Maria Candau (org.). 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUSMÃO, Neusa M. M. **Desafios da Diversidade na Escola**. Revista Mediações, Londrina, v.5, n.2, p.9- 28, jul/dez, 2000. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/003_DIVERSIDADE_X_INCLUS%C3%83O.PDF> Acesso em: 18 de ago/23.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Artigo+-+Minayo,+Pedro+e+Renan_create.pdf> Acesso em: 14 jul. 2023.

HERNANDEZ, J. D. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. 1999. 377 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/plurais,+DOSSI%C3%8A+-+Movimento+Negro+em+Movimento.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2022.



IANNI, Octavio (Org). **Florestan Fernandes: sociologia**. São Paulo: Ática , 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/q8V5PLRTcS5xWQYmyTvZ9Pn/> Acesso em: 10 de mar. 24.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. Disponível em: <<https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/foruns/racismo-institucional/Caderno-Racismo.pdf>> Acesso em: 10 de mar. 24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Observatório de educação**, 2023. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>> Acesso em 20/ nov.24

ITAQUI. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/DOC_20230903003316.pdf Acesso em 28 de ago de 23.

JESUS, Rodrigo Ednilson; GOMES Nilma Lino. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003**: desafios para a política educacional indagações para a pesquisa. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan. /mar.P.32. 2013. Editora UFPR.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**: um tratamento conceitual / Fred N. Kerlinger; [tradução Helena Mendes Rotundo; revisão técnica José Roberto Malufe]. São Paulo: EPU: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 1980. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/52660-Texto%20do%20artigo-65953-1-10-20130403.pdf>.> Acesso em: 17 de ago/23.

KING Jr., M. L. **A autobiografia de Martin Luther King**. Trad. Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/61364-Texto%20do%20artigo-215081-1-10-20240428.pdf> Acesso em: 25 de mar. 24.

LOPES, Alice C., MACEDO, Elisabeth. Teorias de currículo São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgtc8k56XHvr8XBz/?lang=pt>> Acesso em: 4 abr. 2021.

LOPES, NEI. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira Marques. A pluralidade cultural e a proposta pedagógica na escola- um estudo comparativo entre as propostas pedagógicas de uma escola de periferia e uma escola de remanescentes de quilombos. Universidade católica Dom Bosco Campo Grande p.78. 2004.



MARQUESE, Rafael de Bivar. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. Afro-Ásia, n. 51, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/31008/4/MovimentoAbolicionistaBrasil.pdf> Acesso em: 3 de mar. 24.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/40-Texto%20do%20artigo-115-1-10-20211225%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/40-Texto%20do%20artigo-115-1-10-20211225%20(1).pdf) Acesso em: 3 mar. 24.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008. OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007. PHILLIPIS, B.S. Pesquisa social: estratégias e táticas. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1974.

MINAYO, MCS. (1994) Pesquisa social: teoria, método criatividade. Petrópolis, R.J: Vozes. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/cristiane_sampaio%20MODELO%20DE%20DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf >Acesso em: 13 jan. 2023.

MOLINA, Olga. **Quem engana quem?** Professor x livro didático. Campinas, Papirus, 1987.

MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. (Org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994 Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/curriculo-escolar> acesso em: 03 de jan. /23.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502372691_ARQUIVO_Anpuh2017Textocompleto_Cleber.pdf Acesso em 20 mai. 24.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.---- branqueamento P.53. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_142_1425c7ad6e15e6d4.pdf Acesso em: 3 de mar. 24.

MUNANGA, K. Apresentação. In: _____. Superando o racismo na escola 2. ed. Brasília: MEC-SECAD, 2005. p. 15-20. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso em: 19/dez.23.

NASCIMENTO, E. L. Sanfoka: **educação e identidade afrodescendente**. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 115-40. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Racismo_e_anti_racismo_na_educa%C3



%A7%C3%A3o.html?id=iR8vRCbQh8C&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 17/nov.23
_____. (Org.). Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996

NETO, J. H. C; CASTRO, A. E. Pesquisa em educação: discussões iniciais para a construção de uma investigação científica. Cadernos da Fucamp. Monte Carmelo, MG, v. 16, n. 27, p. 80-88, 2017. Disponível em:
<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/49-Texto%20do%20artigo-151-1-10-20211225.pdf> Acesso em: 13 de jan. 2023.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. A política do livro didático. São Paulo: Sammus, 1984. Disponível em:

<http://ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico7/Fatores%20que%20Evidenciam%20a%20Necessidade%20de%20Debates%20sobre%20AS>
Acesso em: 24 ago.2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em:< <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> >Acesso em: 29 dez.2022.

ONU- Organização das Nações Unidas. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. 1948. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 29 dez.2022.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Artigo+-+Minayo,+Pedro+e+Renan_create.pdf >. Acesso em: 3 ago. 2023.

PAIXÃO, Marcelo. Desigualdades nas questões racial e social. In: In: BRANDÃO, Ana Paula (Coord.). **Modos de ver**: caderno de atividades: saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, p. 21- 36, 2006. (A Cor da cultura, 1). Disponível em:
<<http://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1918/2/Irlanda%20Maria%20Silva%20ORibeiro.pdf>. >Acesso em: 6 jun. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar – Curitiba: SEED–PR, 2007. 124 p. Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/216-4.pdf> >Acesso em: 28 ago. 2023.

PINTO, F. C. F.; DIAS, E. Educação e pesquisa. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro , v. 26, n. 100, p. 505-8, jul. 2018 .
<<https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002610001>> Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/MGwkqfpsmJsgjDcWdqhZFKs/?lang=pt&format=pdf> > Acesso em: 3 jan. 2023.



PINTO, Regina Pahim. **A escola e a questão da pluralidade étnica**. Da fundação Carlos Chagas. Cad.pesq. São Paulo. 1985.

PONTUSCHKA, N. N. et al. O livro didático de geografia. In: PONTUSCHKA, N. N. et al. (Org). Para ensinar e aprender Geografia. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 339-349.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, Solange; SILVA, José Antônio Novais. À luz da lei 10.639/03, **avanços e desafios**: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. Revista da ABPN • v. 5, n. 11 • jul. – out. 2013.

ROSA, Barbara Silva. A influência dos fóruns de educação e diversidade étnico-racial na implantação da política de promoção da igualdade racial. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Programa de Pós-Graduação em Administração Mestrado Profissional em Administração Pública p.34, Brasília 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global Editora, 1985.

_____. **A Discriminação do negro no livro didático**. Salvador-BA: EDUFBA/CEAO, 1995.

_____. **A Discriminação racial nos livros didáticos**. Educação e discriminação dos negros. Belo Horizonte: MEC/FAE/ IRHJP, 1988, p.91- 96.

_____. **Ideologia do embranquecimento. Identidade negra e educação**. Salvador-BA: Ianamá, 1989.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2012. Disponível em:

<<https://cursor.unina.edu.br/Assets/Pedagogical/Material/b58409cd-a66a-4470-8b95-b3ff03a84c16.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2023.

SANTANA, Alice Marinho; SANTOS, Viviane Leandra; SILVA, Cristina Lopes. O tema transversal pluralidade cultural aplicado na Escola Manoel Bandeira em Alta Floresta/MT. Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta, Alta Floresta, v. 4, nº 1, p. 98-112, 2015. Disponível em:

<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/43/pluralidade-cultural-na-sala-de-aula-da-formacao-do-brasil-a-valorizacao-das-multiplas-culturas-no-contexto->>> Acesso em: 4 jan. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ep/a/pV9FC79jqjYQGQD6t4D5TJc/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 3 jan. 2023.



SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. **Escola e democracia**. 40 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

_____. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas-SP: Autores Associados, 2014. Disponível em:

<<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1278/O%20CONCEITO%20DE%20DIVERSIDADE%20PARA%20A%20PEDAGOGIA%20HIST%3%93RICO-CR%3%8DTICA%20ELEMENTOS>> Acesso em: 2 set. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em:

https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unesp-nead_reei1_ei_d04_texto2.pdf. Acesso em: 6 nov. 2023.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/2373-Texto%20do%20artigo-5411-1-10-20190201.pdf. Acesso em: 3 de dez/23.

SILVA, A. C. da. **Versões didáticas da história indígena**. 2000. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

_____. **Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão do 1º grau - nível 1**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 63, p. 96-8, 1987. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/LER%20INDICA%C3%87%C3%83O%20DE%20LITERATURA/VERS%C3%95ES%20DID%C3%81TICAS.pdf> Acesso em: 20/nov.23.

_____. **O estereótipo e o preconceito em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de primeiro grau, nível I**. 1988. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988. Disponível em:

file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/LER%20INDICA%C3%87%C3%83O%20DE%20LITERATURA/O%20ESTERE%C3%93TIPO%20%20E%20O%20PRECONCEITO%201282-Texto%20do%20Artigo-4694-4854-10-20130812.pdf. Acesso em: 20/nov.23.

_____. **As transformações e os determinantes da representação social do negro no livro didático**. In: PROGRAMA A COR DA BAHIA. Educação, racismo e antirracismo. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 2000, n. 4. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/LER%20INDICA%C3%87%C3%83O%20D



E%20LITERATURA/AS%20TRANSFORMA%C3%87%C3%95ES%20E%20OS%20 DETERMINANTES%20Ana%20Ceia%20da%20Silva.pdf > Acesso em: 3/dez.23.

_____. Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. Salvador:

EDUFBA, 2001 a. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/LER%20INDICA%C3%87%C3%83O%20D E%20LITERATURA/DESCONSTRUINDO%20A%20DISCRIMINA%C3%87%C3%83 O%20DO%20NEGRO%20%20%20%20%20%201120-Texto%20do%20artigo-2226- 2-10-20180512%20(1).pdf> Acesso em: 16/nov.23.

_____. A desconstrução da discriminação no livro didático In: MUNANGA, K. (Org.) Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001b. 146 F. ROSEMBERG, C. BAZILLI e P. SILVA.

Racismo em livros didáticos... Disponível em:

<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/LER%20INDICA%C3%87%C3%83O%20D E%20LITERATURA/MUNANGA%20racismo_escola.pdf> Acesso em: 10/dez.23.

_____. As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes. 2001. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001c. SILVA, P. V. B. da. Relações raciais em livros didáticos brasileiros: uma síntese da literatura. São Paulo: PUC/SP, 2002. Mimeografado.

SOUSA, R. F. de. **A nova esquerda americana:** de Port Huron aos Weathermen(1960-1969). Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em:

file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/61364-Texto%20do%20artigo-215081-1- 10-20240428.pdf Disponível em: 17 de mar. 24.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rieb/a/Qxn7Fj4Q5d73gGYsQKHj4s/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 10 jul. 2022.

SOUZA, Glória Maria Anselmo de. **A Lei 10.639/03 no cotidiano das escolas municipais de Niterói/ RJ.** In: BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa (et al.)

(orgs.). Africanidade(s) e afrodescendência(s): perspectivas para a formação de professores. Vitória: Edufes, 2012. p. 87-104. Disponível

em:file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/PORTAL%20DE%20TESES%20E%20D ISSERTA%C3%87%C3%95ES%20CAPES/BARBOSA,%20Artur%20S.%20de%20S .%20O%20ensino%20de%20histo%20ria%20para%20uma%20educac%20a%20o% 20das%20relac%20o%20es%20e%20tnico-raciais- %20a%20histo%20ria%20da%20A%20frica%20para%20ale%20m%20do%20livro% 20dida%20tico%20(1).pdf Acesso em: 3 de mar. 24.

UNESCO. **Comitê Intergovernamental da Convenção.** 2005. Documento de trabalho CE/14/8.IGC/11. Paris, 2014, Anexo III. Disponível (em inglês e francês) em: Acesso em: 1 de set/ 23.



UNESCO (1950) There Shall be peace. Courier. Paris, p.1., UNESCO archives.
Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000815/081580eo.pdf>>
Disponível em:

https://ppghc.historia.ufrj.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=86-o-projeto-unesco-1950-a-questao-da-raca-e-a-institucionalizacao-das-ciencias

Acesso em: 1de fev. 2023.

URUGUAIANA. SEDUC – SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO -10^a
Coordenadoria Estadual de Educação. (Uruguaiiana/ RS) Projeto Político
Pedagógico.

URUGUAIANA. SEDUC – SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO -10^a
Coordenadoria Estadual de Educação. (Uruguaiiana/ RS) Regimento Escolar.

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto
Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 21^a
ed. São Paulo: Libertad, 2010. Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2019/TRABALHO_EV126_MD1_SA15_ID875_25062019200815.pdf> Acesso em: 3 jan. 2023.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma
construção possível.** Campinas: Papyrus, 1998. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/54224/1/FORMA%C3%87%C3%83O%20CONTINUADA%20NA%20ESCOLA%20%20RELA%C3%87%C3%95ES%20COM%20O%20PROJETO%20POL%C3%8DTICO%20PEDAG%C3%93GICO.docx.pdf>. Acesso em 6 nov. 2023.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. **As dimensões do projeto político-pedagógico.** 6^a
ed. São Paulo: Papyrus, 2008. Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2019/TRABALHO_EV126_MD1_SA15_ID875_25062019200815.pdf> Acesso em: 3 jan. 2023.

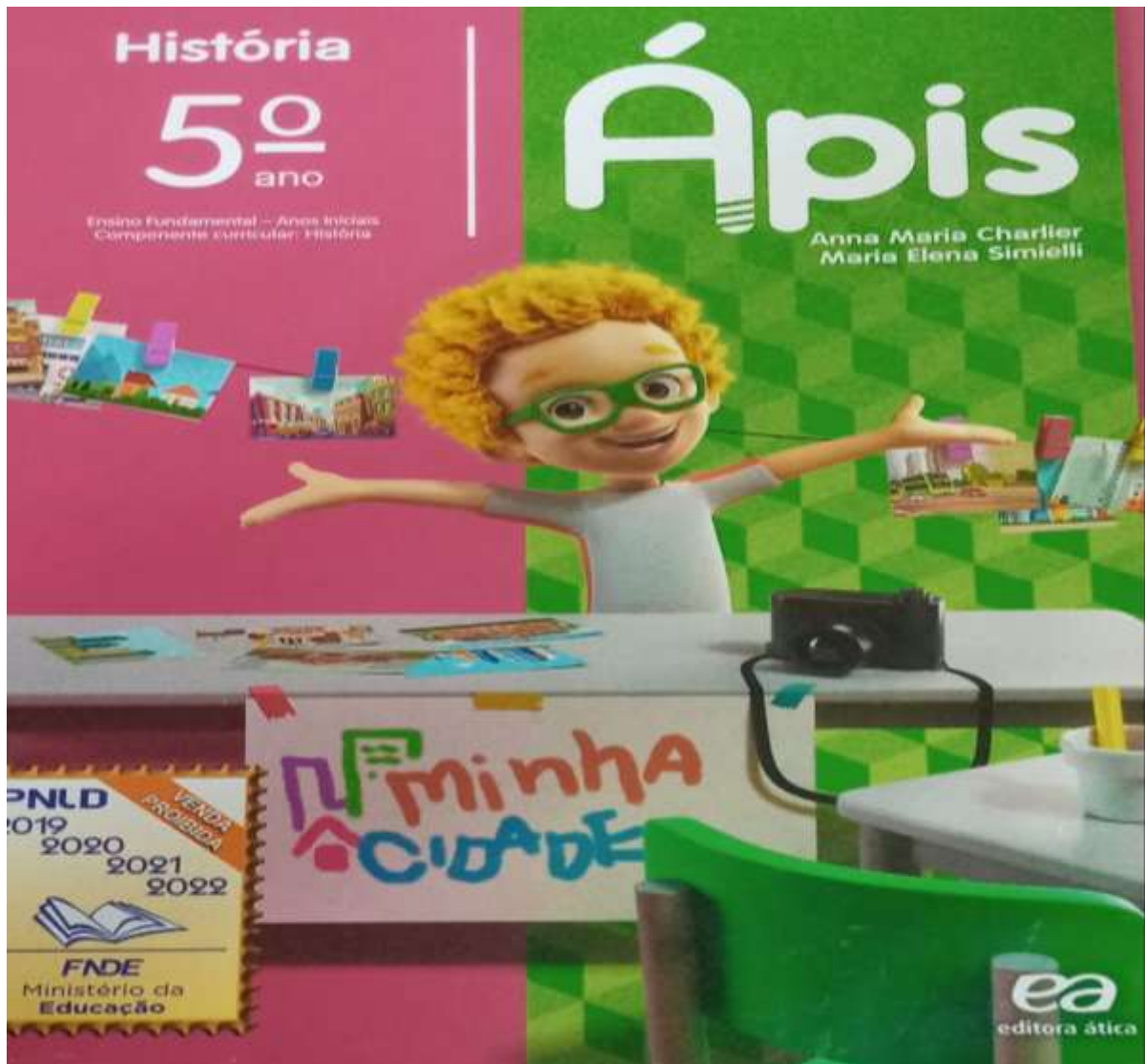
VEIGA, I. P. A. **Educação básica e educação superior: Projeto político-
pedagógico.** 3^a ed. São Paulo: Papyrus, 2008. Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2019/TRABALHO_EV126_MD1_SA15_ID875_25062019200815.pdf> Acesso em: 3 jan. 2023.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da
Identidade Nacional.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/108/o/GRAMSCI_R%C3%9CSEN_E_A_BUSCA_POR UMA_%E2%80%9CHISTORIOGRAFIA INTEGRAL%E2%80%9D DO OITOCENTOS BRASILEIRO.pdf> Acesso em: 13 out. 2023.

ANEXO





SOLICITAÇÃO DE ACESSO À DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Itaqui, 23 de agosto de 2024.

Eu, Cinara Ciscato Kuhn, matriculada no curso de Mestrado Internacional em Ciências da Educação, Matrícula 325 da Faculdade IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY ao apresentar a Dissertação de Mestrado com o Tema: QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS: reflexões, concepções e práticas pedagógicas no Ensino Fundamental anos iniciais, venho através deste solicitar a permissão de fazer uso dos seguintes documentos da escola: Projeto Político Pedagógico (PPP) – Regimento Escolar Padrão do Ensino Fundamental, Escolas em Tempo Integral RS.

Cordialmente, meu agradecimento pela colaboração e solicitude.

Cinara Ciscato Kuhn

Diretor (a)

Magali Engers dos Santos

Diretora

· Id. Func. 2754720/01

Escola Estadual de Ensino Fundamental
Coronel Felipe Nery de Aguiar
Portaria de Aut. N° 00118 de 03/04/2001
Itaqui - RS